

ESPAÇO | SOCIALISTA

ORGANIZAÇÃO MARXISTA REVOLUCIONÁRIA

www.espacosocialista.org

espacosocialista@hotmail.com

CRISE ECONÔMICA, AVANÇO DA DIREITA E A RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA: APONTAMENTOS SOBRE A SITUAÇÃO POLÍTICA MUNDIAL



TEXTO APROVADO NA CONFERÊNCIA DE 2017

A CONTINUIDADE DA CRISE DE 2008

Muitos definem a crise de 2008 como a mais grave desde o *Crash* de 1929 e definimos também como a mais longa. Essa avaliação tem uma consequência importante: é de longa duração e sua solução exige formas e métodos agressivos. A onda mundial de ataques aos direitos trabalhistas e sociais é a mais evidente demonstração de disposição do capital em resolvê-la a seu favor e às custas de maior exploração da classe trabalhadora mundial.

Diferente de crises anteriores – quando algumas medidas adotadas pelos capitalistas permitiam retomar o crescimento econômico e, em alguns casos, até maior e melhor em relação ao ciclo anterior – as principais economias do mundo não conseguem alcançar os níveis de crescimento que tinham antes de 2007. Até crescem, mas quando crescem é aquém do esperado pelo capital. Vejamos:

A economia mundial, ao se recuperar da crise de 2001 (em que havia crescido apenas 2,5%), atingiu taxas de crescimento de 4,9% em 2004 e 5,0% em 2006. Os países desenvolvidos crescendo nesses anos, respectivamente, 3,2% e 3,0%. Os países periféricos cresceram 7,5% em 2004, 7,8% em 2006 e 7,9% em 2007. Somente a China cresceu 10,1% em 2004, 11,1% em 2006 e 11,4% em 2007 e a Índia 7,9% em 2004, 9,7% em 2006 e 9,2% em 2007.

Compreendemos que ao comparar as taxas de crescimento antes e depois da crise de 2001 a recuperação apresentou taxas superiores às anteriores à crise e, nessa ocasião, o que contribuiu para isso foi a invasão ao Iraque e ao Afeganistão, o que forçou a elevação da produção na indústria armamentista.

Para compreendermos melhor a diferença entre a recuperação de crises anteriores e a crise de 2008 ainda sem recuperação, apresentamos dados mais atuais, todos confirmando a “tese do crescimento insuficiente para as

necessidades do capital”.

a) Em termos globais a economia cresceu em média 4,1% entre os anos 2000/2008. Entre 2009/2011 a média foi reduzida para 2,8%. No período entre 2012/2014 mesmo havendo uma pequena melhora para 3,4%, ainda foi inferior a 2000/2008;

b) Já nos países de economia avançada os problemas se colocam com maior profundidade: Entre os anos 2000/2008 a Zona do Euro cresceu 2%. Depois desse período manteve-se no negativo como em 2009/2011 (em -0,3%) e 2012/2014 (-0,7%). Nos Estados Unidos, principal país capitalista do mundo, o crescimento também foi abaixo da média mundial: 2,3% (2000/2008); 0,3% (2009/2011) e 2,3% (2012/2014). Considerando, a Inglaterra, uma das economias avançadas fora da Zona do Euro e que ficou no meio termo com os Estados Unidos temos: 2,7% (2000/2008); -0,4% (2009/2011) e próximo de 1,5% (2012/2014).

c) O Japão, que experimentou taxas de crescimento significativas nos anos 90, como vanguarda na reestruturação produtiva (auge do Toyotismo), não chegou entre 2000/2014 à média de 0,3%. Isso mesmo depois da adoção de várias medidas consideradas keynesianas, na tentativa de fortalecer o mercado interno e o aumento dos gastos do governo, que se mostraram incapazes de reversão da crise.

O **gráfico 1** expressa os movimentos da economia mundial nos últimos anos, com taxas de crescimento inferiores não somente ao ano de 2007, mas inclusive a média de longos 20 anos. E tendo como referência o ano de 2010, percebe-

se que o crescimento conseguido perdeu fôlego.

Os dados da economia burguesa, como sempre, precisam ser submetidos a avaliações rigorosas. E quando se trata de dados isolados de países, ainda que com a sua utilidade, é preciso ficarmos atentos a possíveis distorções. Primeiro, porque muitas empresas de países imperialistas produzem nos países dependentes (como Índia, por exemplo) e, embora, esses apresentem taxas altas de crescimento, efetivamente, a maior parte da riqueza produzida é transferida para os países de origem das multinacionais onde, de fato, há o aumento da concentração da riqueza. Segundo, não levam em conta a divisão internacional do trabalho entre os países produtores de *commodities*/bens primários e os de produtos industrializados.

As taxas globais oferecem dados mais precisos por representarem o crescimento do capital globalmente. Mas, nesse caso também é preciso submetê-los ao um rigor dialético. No **gráfico 2** as taxas mundiais de crescimento, desde os anos 90, só foram possíveis graças aos chamados países “emergentes em desenvolvimento” que cresceram 6,5% entre os anos 2000/2008 e 5,5% na média de 2009/2011, em especial o crescimento chinês com taxas de dois dígitos por alguns anos.

Portanto, insistimos que capitalismo e crise são praticamente sinônimos. Não existe capitalismo sem crise. Mas, há diferentes tipos e intensidades de crise na economia capitalista.

E não estamos em uma “situação normal” do capital. No aspecto mais imediato passamos por uma crise cíclica de longa duração ao conceito de “longa depressão”, que atinge várias economias e caminha para atingir a totalidade do sistema. E em termos mais histórico ou mais profundo representa a crise estrutural do capital.

A longa depressão é um período de crise com crescimento muito baixo e lento, que parte das economias não retornam aos níveis anteriores. Já a crise estrutural, sucintamente,



atinge a totalidade do sistema não se limitando a alguns países, com duração longa/permanente e que se desdobra gradualmente. Como assinala Mészáros, essa crise “não está relacionada aos limites imediatos, mas aos limites últimos de uma estrutura global” (p. 797).

Esses dois conceitos são importantes para nos ajudar a caracterizar o destino da economia mundial no próximo período e assim nos preparar de maneira adequada.

OS IMPEDIMENTOS PARA A RETOMADA CONSISTENTE DO CRESCIMENTO GLOBAL

Com maior ou menor dificuldade nas crises anteriores, o capital conseguiu encontrar medidas capazes de retomar a rentabilidade com relativa rapidez. Na crise dos anos 70 houve o deslocamento de grandes quantidades de capital para a esfera financeira com a consequente reorganização do mercado de trabalho, valorização de empresas, alto padrão de crédito e consumo, prioridade de gastos públicos, etc. E a burguesia conseguiu implementar medidas garantindo a lucratividade global do capital, deslocando investimentos da esfera produtiva para a esfera financeira e iniciando o aprofundamento da financeirização.

A crise do início dos anos 1980, de profundas consequências para a classe trabalhadora mundial como desemprego, crise do sistema da dívida, etc., foi enfrentada pelo capital com a incorporação de milhões de pessoas como força de trabalho barata (de origem dos países do Leste da Europa), com a ampliação do mercado consumidor, com a industrialização e incorporação da China e da Índia ao mercado mundial, com a implementação do neoliberalismo pelo planeta (privatização, desregulamentações, livre circulação de capitais, repressão aos movimentos sociais, etc.). Tudo isso permitiu ao capital recuperar suas taxas de lucro crescendo até fins dos anos 1990, ciclo interrompido só com a irrupção das crises na Rússia e na Ásia.

Há elementos importantes a serem destacados, para o êxito

Figura 1. Taxa de crescimento econômico (% do PIB) na China e por grupos de países entre 1990 e 2015.

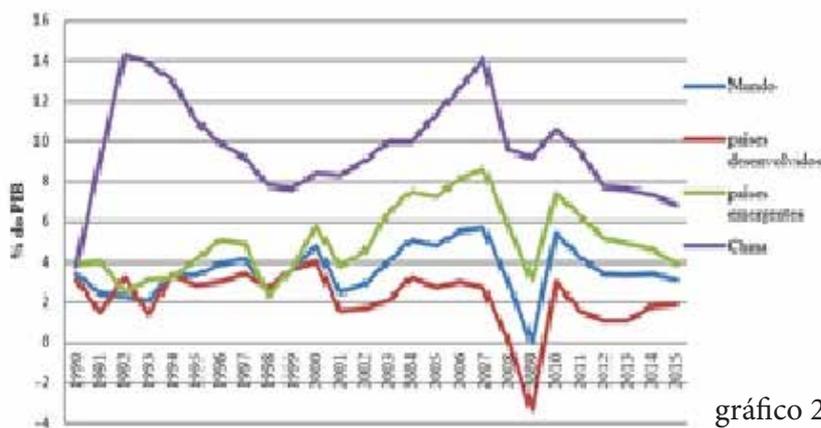


gráfico 2

das medidas de contratendências impostas pelo capital, que foram as derrotas políticas do proletariado com repercussão mundial: a derrota na greve dos Mineiros ingleses, que teve duração de quase um ano e a restauração capitalista na Rússia e nos países do Leste. Ambos os fatos abriram caminho para a consolidação do neoliberalismo em escala mundial e para a ofensiva sobre as condições de existência da classe trabalhadora com ataques aos direitos trabalhistas, sociais, de organização e sobre a consciência o que possibilitou a perda do referencial socialista para assumir o outro projeto de sociedade totalmente ligado à reprodução do capital.

As crises no final dos anos 97-98 na Rússia e em países da Ásia eram a demonstração ou a ponta do *iceberg* na periferia do sistema dos problemas da economia mundial com a queda da taxa de lucro. A produção diminuía na Malásia, Indonésia e até mesmo na gigante Coréia do Sul. A crise apareceu sob a forma de quebra das bolsas, mas o seu fundamento foi o problema na economia e na queda de rentabilidade do capital, pois o valor das ações já não correspondia à riqueza real criada.

Depois de um pequeno fôlego, no início dos anos 2000, estourou a chamada crise do “ponto com” nos Estados Unidos, bolha formada pelas empresas ligadas à internet com a valorização de ações sem lastro na produção de riqueza material. Os valores negociados nas bolsas estavam longe da realidade. Depois seguiram as crises turca e a

argentina, esta última seguida de uma crise política sem precedentes, com mobilizações da classe média e a troca de 5 presidentes em um curto período. Todas essas crises “localizadas e regionais” foram expressões de uma crise cíclica. De um crescimento de 4,8% em 2000 a economia mundial caiu para uma taxa menor de 2,5% em 2001, numa nova crise agravada, inclusive, pelos ataques às torres do WTC em Nova Iorque.

A resposta a essa crise foi pela ativação da indústria da guerra para que o capital investido nesse setor pudesse, literalmente, ser utilizado e dar espaço a novos investimentos na produção. As várias formas da guerra imperialista passaram a ser aplicadas. E a invasão por forças imperialistas lideradas pelos Estados Unidos e Inglaterra ao Oriente Médio, com o argumento de combater o terrorismo, propiciou um novo fôlego e a retomada da produção com o crescimento da economia até patamares de 2007.

Percebe-se, ainda que com breves comentários, a capacidade de o capital encontrar suas formas de aplicar as contratendências nas crises anteriores. No entanto, com a crise aberta em 2008 é diferente: Tem como centro os Estados Unidos, a principal economia mundial, o intervalo foi menor entre crises, é mais intensa e não há sinais de recuperação, pois está presa às suas contradições internas.

Queima de capital, retirada de direitos para aumentar a taxa de exploração, Estado destinando

trilhões para tentar reativar a economia, mas mesmo assim a crise continua e não é por falta de iniciativas da burguesia e seus governos. O prolongamento da crise (os dados de crescimento dos últimos anos não são suficientes para sair dela) ocorre devido aos próprios limites estruturais e a sua incapacidade cada vez maior de retomar e superar seus níveis de produção e reprodução do valor. O capital é “incapaz de resolver suas crises estruturais e de reconstituir com sucesso as condições das dinâmicas expansionistas” (Mészáros) porque:

1) O fato de a origem da crise estar na queda da taxa de lucro (aumento do capital fixo em relação ao capital variável, para produzir mais mercadoria com menos força de trabalho) e a superprodução estar acrescida do poder do capital financeiro criam problemas profundos para a burguesia reverter as crises de forma consistente.

Durante os últimos anos, segundo Chesnais, vem ocorrendo o processo de sobre-acumulação de capitais, resultado de um longo período de acumulação e de forma ininterrupta. O que faz com que haja uma imensa quantidade de capital fixo instalada sem que se consiga garantir uma lucratividade do tamanho necessário para recuperação do capital investido, pois a mais-valia obtida não pode mais ser reinvestida. Junto com esse elemento acrescenta-se o desenvolvimento da tecnologia.

Cada nova máquina já vem com novos componentes eletrônicos e com capacidade de produzir em maior quantidade em menor espaço de tempo somada às técnicas gerenciais (como o Toyotismo), que permitem um aumento da capacidade de produção muito superior às possibilidades de consumo, mesmo com um mercado mundial muito mais ampliado.

2) A indústria da guerra é um importante mecanismo utilizado pelos capitalistas para queima de capitais na solução das crises. No entanto, o capital tem limitações para aplicar esse mecanismo a fundo. A crise estrutural do capital exige solução estrutural: destruir maquinários, prédios, estradas,

acabar com os vários mecanismos financeiros e especulativos sem lastro na produção material para retomar os níveis das taxas de lucro. Mas, para isso encontram dois grandes limites objetivos:

a) A impossibilidade de uma queima de capitais que só uma nova guerra mundial com a força destrutiva das duas anteriores seria capaz de realizar, pois isso significaria a aniquilação da humanidade e por consequência do próprio capital. A grande crise de 1929 só foi ter uma solução definitiva com a espetacular destruição/queima de capitais realizada na II Guerra Mundial, propiciando a reconstrução da Europa e Japão e, assim, garantindo ao capital obter altas taxas de lucratividade e crescimento por quase 30 anos na chamada “idade de ouro do capitalismo”.

Somente com algo nessa proporção o capital encontraria um período longo e estável. Mas, como veremos logo abaixo, isso é impossível, atualmente, sem o risco de pôr fim a humanidade.

b) A também impossibilidade de controlar ou regular o sistema financeiro, que é o controlador desse capital especulativo. Se a explosão da crise de 2008 automaticamente queimou uma importante quantidade de capital (falências, queda bolsas, desemprego, etc.), como parte de sua lógica interna, também demonstrou que a fração financeira do capital, controlando as principais instituições do Estado, resistirá enquanto puder. As medidas adotadas pelo governo estadunidense – em que a política do Banco Central é sempre legitimada pelos banqueiros locais – de salvar vários bancos e empresas (as grandes demais para quebrarem), literalmente doando bilhões de dólares, expressam que sempre haverá reação à perda desses capitais. Enquanto tiverem algum controle irão procurar salvar essa parte do capital, repartindo com toda a classe trabalhadora os seus prejuízos. Para isso contam com as várias instituições estatais sob seu controle para aplicar as políticas monetárias e fiscais de preservação desses capitais. Isso não ocorre só nos Estados Unidos haja visto a

nomeação de banqueiros, ou seus representantes, para cargos-chaves dos diversos Estados nacionais, caso do Brasil.

3) Não se trata de uma outra política econômica a ser aplicada. Já foram aplicadas centenas delas em várias partes do mundo e não alcançaram o objetivo de sair da crise. Nem mesmo o famoso *New Deal* estadunidense e os fabulosos gastos do Estado em obras públicas e investimentos na produção solucionaram a crise de 1929, objetivo alcançado somente com o desfecho da guerra. Aqui não nos referimos à utilização das formas de guerras locais existentes e ainda insuficientes para sustentar um ciclo de crescimento econômico. São saídas de tipo *keynesiano* já provadas incapazes de solucionar uma crise dessa profundidade, conforme a opinião de vários economistas marxistas e até mesmo de alguns liberais. O *New Deal*, conforme Michael Robert citando Paul Krugman, praticamente manteve as taxas de desemprego durante toda a década de 1930, problema também solucionado só com o início da guerra.

4) Essas “leis internas de desenvolvimento próprios à natureza mais profunda do capital” (Paniago) não funcionam como precisa o capital para garantir a sua reprodução e ampliação. Por isso de um lado destrava mecanismos “artificiais” para a sua reprodução, como o aumento da produção destrutiva, menor tempo de utilização das mercadorias, e um longo etcetera. Todas infrutíferas, pois o capital é “incapaz de tratar as causas como causas, não importando a gravidade de suas implicações. Essa não é uma dimensão passageira (...)”, mas “ajustes feitos estritamente nos efeitos e consequências...” (Mészáros).

Isso quer dizer que as medidas à disposição do capital são incapazes de solucionar as causas das crises. São sempre medidas paliativas, postergando os efeitos mais danosos à reprodução do capital. Medidas muitas vezes geradoras de novas contradições. Esses elementos são importantes porque apontam

diferenças com a crise de 1929, quando o capital tinha opções em aberto para restabelecer sua reprodução dentro das “formas normais”. Na crise estrutural já as possibilidades à disposição são duramente questionáveis.

O CAPITAL (E NEM O CAPITALISMO) NÃO ESTÁ MORTO

A existência desses limites e obstáculos não pode levar a ideia de caos e descontrole completo da economia mundial e muito menos de uma situação de colapso do capitalismo. A burguesia – no plano político e ideológico – ainda tem as rédeas do processo, mesmo que as opções possíveis de serem adotadas no plano econômico resultem em outras contradições, dados os obstáculos encontrados pela produção capitalista na crise. Ou seja, nas palavras de Mészáros, não podemos “minimizar a capacidade do capital de somar novos instrumentos ao seu já vasto arsenal de autodefesa contínua.”

A manifestação das crises econômicas tem desigualdades e especificidades de país para país, sempre dependendo das condições de inserção no mercado mundial. Caracterizar como uma crise global não exclui a possibilidade de alguns países apresentarem dados diferenciados, o que também não autoriza a conclusão de não serem parte da crise. Tratam-se de ritmos distintos no marco de uma mesma crise.

A China e a Índia, por exemplo, mesmo havendo uma desaceleração importante na sua produção, ainda mantiveram taxas acima da média das principais economias do mundo. Em alguns países deve seguir-se essa lógica no próximo período.

Os Estados Unidos, por exemplo, têm uma demanda por serviços e obras de infraestrutura de trilhões de dólares. Trump fala em um processo de concessão desses serviços para a iniciativa privada, privatizando rodovias, estradas etc., o que poderia dar um certo fôlego para a economia estadunidense. Ou ainda a

promessa das obras faraônicas como a ampliação do muro fronteiriço com o México, ao custo de bilhões de dólares, que poderia injetar dinheiro na economia.

Qualquer caminho enfrentará problemas bem complicados. Como dissemos, a valorização desproporcional dos ativos (ações, títulos etc.) em relação a produção material é um detonador de crises como a de 2008. Também, segundo Michael Roberts, tem havido o aumento do endividamento das empresas (que conseqüentemente se desvalorizam). Combinado com isso, o preço das ações tem sido elevado com manobras de empresas como a recompra de ações e outras artimanhas. Tudo isso em um quadro de aumento do mercado de ações próximo dos níveis pré-crise de 2008.

Quando os dados da economia mundial incluem a Índia e, principalmente, a China há distorções consideráveis, uma vez que esses países vêm apresentando crescimento bem acima da média. Países de farta força de trabalho, barata e vinda do campo serviram de plataforma de produção para várias empresas, sobretudo do ramo da telefonia e eletrônicos. Outro elemento comum desses dois países é o incentivo fiscal, a abertura para empresas estrangeiras produzirem e depois exportarem para seus países de origem.

A crise de 2008 também influenciou a economia chinesa e impôs uma desaceleração no seu crescimento, numa evidente demonstração da dependência em relação aos Estados Unidos. Hoje a economia chinesa passa por uma transição para uma economia voltada ao mercado interno que, no entanto, também tem encontrado limites pelas dificuldades em construir um mercado interno (aumento da renda, política de crédito, etc.).

Mesmo reconhecendo o papel das economias chinesa e indiana no mundo, descartamos a possibilidade de terem força para alavancar a economia mundial como um todo. A posição alcançada por esses países deriva de sua condição na divisão internacional do trabalho, no qual

as grandes empresas utilizavam o país para produzirem mercadorias destinadas ao comércio no mundo e, com isso, realizarem altas taxas de lucro.

No caso da China, isso significa que a crise mundial também atinge sua economia, evidentemente com mediações. Entre essas mediações apontamos o projeto expansionista (econômico, político e militar) em direção à África, outros países da Ásia e, inclusive, da Europa realizando vários acordos comerciais e militares, forçando movimentações dos Estados Unidos e Japão, reativando o papel militar.

As observações em relação aos Estados Unidos, China e Índia (e provavelmente haverá outros países) têm por objetivo nos alertar para a compreensão do conceito de crise mundial a partir da totalidade do sistema. Ou seja, haverá países com crescimentos e dados que parecem contraditórios com a caracterização da profundidade da crise capitalista, mas na verdade é só uma diferenciação no ritmo e na profundidade. Um exemplo disso é a crise de 1929, que só foi sentida na França a partir de meados da década de 1930 - isso acontece por conta da própria resposta do capital à suas contradições.

A competição ou concorrência entre os capitalistas os impulsionam a buscar formas de produzirem mais e com menor custo, deslocando para algumas regiões do planeta enormes plantas fabris inteiras e enormes quantidades de capitais para produzirem suas mercadorias. Isso faz esses países apresentarem, muitas vezes, altas taxas de crescimento. No entanto, como isso já é uma resposta à crise, produz contradições nos países de origem dessas empresas. Nos Estados Unidos, com esses deslocamentos, regiões inteiras como Detroit foram desindustrializadas, causando uma crise social sem precedentes.

A CRISE DE 2008 ABRE A “LONGA DEPRESSÃO”

A primeira questão importante a destacar é que a crise estrutural não exclui a existência de crises

cíclicas e muito menos recuperações e períodos de crescimento da economia capitalista. O que ocorre é que as crises cíclicas: são cada vez mais avassaladoras e profundas, como tendência os intervalos entre elas são menores e os períodos de crescimento além de serem de menor duração são também aquém.

A segunda é que os analistas e economistas burgueses trabalham com conceitos de recessão e depressão de uma maneira mecânica. Basta os dados se encaixarem no conceito que já caracterizam a situação como de recessão ou depressão. Ou o contrário, diante um número positivo já avaliam como fim da crise, da recessão, da depressão, etc. Não tem e nem pode ter a dimensão da totalidade da economia capitalista. Por exemplo, o banco Goldman Sachs (Nova York) adota o conceito de depressão econômica quando uma dada recessão dura oito ou mais trimestres e leva à queda de 10% ou mais do PIB de um país. Um conceito que tem a sua utilidade para constatar as crises, mas não serve para entender a sua profundidade e principalmente a sua dinâmica.

Para nós marxistas os fenômenos são um ponto de partida, a partir do qual vamos procurar identificar as relações de causa e efeito, o particular e a totalidade, etc. Quando pelos economistas burgueses há pujança para nós há crise e pauperização da classe trabalhadora.

A tese de Michael Roberts, economista marxista, é de que a atual crise aberta em 2008 não é uma “simples crise cíclica”, mas sim uma depressão de longa duração. Esses momentos são excepcionais e são caracterizados por taxas negativas de crescimento ou por crescimento pós-crise insuficiente para retomada das taxas de lucro superior à antes da eclosão da crise.

A economia capitalista nunca se expande de forma harmoniosa, segundo Roberts, historicamente, há os momentos de expansão da rentabilidade do capital e a cada 8-10 anos há contrações no ritmo de investimento, rentabilidade, emprego, etc. que ocasionam uma nova crise. Esse é o processo “normal”.

No entanto, há períodos em que a contração (queda do investimento, produção, etc.), por ser tão profunda, não permite a recuperação com os mesmos instrumentos utilizados em crises cíclicas “normais”. São momentos excepcionais na histórica. Foram três momentos da atual para a mais distante: a atual aberta com a crise de 2008, a de 1929-1942 e a de 1873-1890.

Na depressão atual na economia capitalista há crescimento, mas com taxas de recuperação frágeis quando comparadas com o período até 2008 e convivendo com possibilidades de desaceleração caindo novamente em recessão. É a crise atual. Mesmo com todas as medidas adotadas anticrise as taxas de crescimento não alcançaram as do período pré-crise. O **gráfico 3** mostra bem o desempenho da economia mundial desde então. A crise de 2008 abriu um período mais longo de recessão, durando por volta de 18 meses. E quando começa a haver alguma recuperação é insuficiente, pois não alcançou os níveis de antes da eclosão da crise. *Enquanto o capital não restabelecer um novo patamar de lucratividade, persistirão os ciclos de recessão e crescimento frágil e insustentável, apresentando taxas inferiores àquelas que existiam antes da Grande Recessão que deu origem à longa depressão* (Giovanni Alves, Blogboitempo).

É um processo generalizado atingindo as principais economias do mundo. Os Estados Unidos vêm apresentando dados positivos na economia, no entanto, muito abaixo de suas médias históricas. As taxas da China, mesmo superiores às das economias imperialistas, estão muito abaixo das apresentadas na década passada. Ou ainda a Zona

do Euro encontra-se com taxas de crescimento em níveis mínimos. Essas são características do período tratado como de longa depressão.

Para sair dessa crise, como dissemos, o capital precisa de medidas radicais: cortar custo do capital com demissões e o fechamento de empresas de menor produtividade, destruição generalizada de capital produtivo e especulativo, controle do crédito, das bolsas, etc. Mas, o capital não tomou essas medidas globalmente e nem pode tomá-las, pois poderia precipitar outra crise de maiores proporções. Por exemplo, em relação ao processo especulativo os governos fizeram exatamente o contrário: destinaram trilhões em forma de incentivos públicos aumentando o endividamento público e privado.

A CRISE SEGUE...

Começemos por uma conclusão: a crise continua, tende a se aprofundar e no horizonte não há indicação segura de retomada do crescimento de forma sustentável. Nesse sentido, o conceito de longa depressão (mesmo Roberts não defendendo abertamente o conceito de crise estrutural do capital) é útil para a compreensão do quanto é profunda a crise e de que se assenta sobre elementos estruturais. Serve também para expor o desenvolvimento das contradições da economia capitalista na atualidade.

A burguesia não pode contar com a solução da crise porque não tem como solucionar e estabilizar a “tripla dimensão interna da autoexpansão do capital [produção, consumo e circulação/distribuição/realização]” (Mészáros, p. 798), como

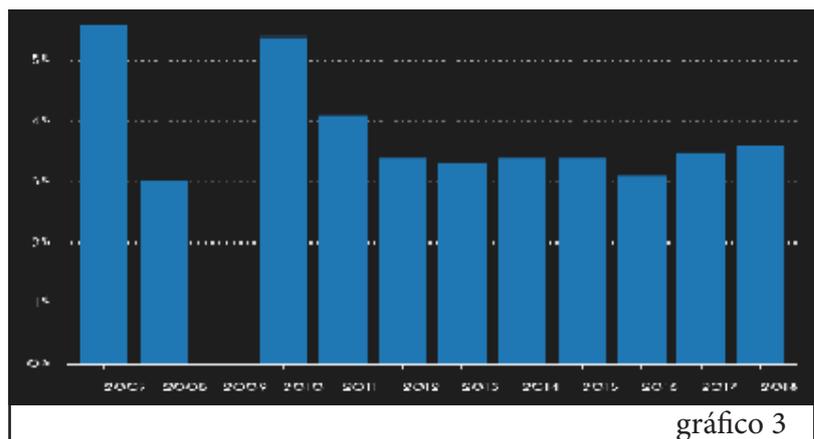


gráfico 3

totalidade que é estabelece relações entre si como é o caso da produção e do consumo operando um “*movimento mediador entre ambos*”. (Marx).

Os dados demonstrando esses desequilíbrios são abundantes. Os próprios organismos internacionais da burguesia (FMI, BM, etc.) não ousam apostar em recuperação rápida. Na linha de não assustar vão no discurso de que a recuperação vai ser longa e lenta.

Abaixo apresentamos alguns elementos indicadores demonstrando o funcionamento irregular das engrenagens do sistema, pois tanto na produção, como na circulação e distribuição de mercadorias os desajustes estão sem controle indicando a continuidade da crise.

A) O INVESTIMENTO, A RENTABILIDADE E A PRODUTIVIDADE

É próprio da lógica do capital a necessidade de ampliar a produção investindo em máquinas, matéria prima, etc. (capital constante) para produzir mais mercadorias com menos força de trabalho (capital variável), vender as mercadorias abaixo do preço de mercado e realizar seus lucros acima da concorrência. Assim, aumenta a composição orgânica do capital e conseqüentemente um retorno menor em relação ao capital total investido, ou seja, cai a taxa de lucro a médio/longo prazo.

A tendência histórica da queda da taxa de lucro e da rentabilidade do capital está na causa essencial de todas as crises capitalistas. Os vários dados e essa tendência estão em plena vigência, mesmo com e apesar de todas contratendências já aplicadas pelo capital mundial (**gráfico 4**).

A competição entre os diversos capitais e entre os capitalistas exige a adoção de tais ações, mas esse processo tem limites. No entanto, se não investem nos meios de produção ficam obsoletos e, assim, cai a produtividade.

A queda nos investimentos é parte do período atual, com a diminuição taxa lucro. O relatório do FMI, de 2015, informa que o investimento das empresas nas

economias avançadas foi 13% menor em 2008-2014 do que era esperado em 2007. Nos EUA essa queda foi acima da média em 16% e no Japão 18%. Em termos absolutos, o investimento privado segue caindo desde janeiro de 2015.

Quando há comparação da produção industrial, do comércio mundial e do Índice de Gerentes de Compra (dados que envolvem pedidos de compra, situação nas fábricas, etc.) – depois do crescimento em 2010 (muito por impulso dos investimentos e auxílios dos governos em 2009) – prevalece a oscilação e quando os dados são positivos são muito próximos de zero.

Somente no comércio mundial houve crescimentos sequenciais, mas segundo a OMC, menor se comparados a outros anos. Em 2016 cresceu 1,7% (menor expansão desde a crise de 2008), quando a média desde 2011 era de 2,7% e, por sua vez, bem menor se comparado com a média antes da crise que era de 5,7%. Como processo, envolve as economias centrais e as periféricas, ainda que nessas últimas a atividade produtiva foi um pouco maior considerando, como já dissemos, o fato de muitas empresas imperialistas transferiram plantas industriais para China, Índia, entre outros.

Outro dado relevante é o baixo crescimento ou mesmo a estagnação da produtividade do trabalho em termos globais. Repetindo a regra geral, aqui também há desigualdade entre os países uma vez que influi a luta de classes, localização das empresas, etc. Mesmo com essa desigualdade histórica de país para país nos últimos anos, temos verificado uma queda na produtividade que atinge um número

muito maior de países. O **gráfico 5** comprova essa queda de produtividade.

No capitalismo, menor produtividade significa menor crescimento econômico e também menor rentabilidade do capital investido no setor produtivo, fator inibidor de novos investimentos e que induz à fuga para a especulação.

Também uma maior ou menor lucratividade/rentabilidade das empresas, principalmente das grandes, significa a demonstração de problemas da economia mundial. E nesse atual período os lucros estão sofrendo reduções significativas.

Com isso, como já tratamos acima, a consequência é a inibição de novos investimentos na produção ou procura da valorização na esfera financeira, ambos indícios de aprofundamento da crise. É um ciclo vicioso: crise - retomada - crise agravada, porque ocorre no marco de uma crise estrutural.

B) O AUMENTO MAIS LENTO DA MASSA SALARIAL

Antes de tratar da diminuição da capacidade de consumo como um dos elementos que impede a retomada da recuperação econômica, é preciso deixar bem explícito que o consumo tem relação com a produção, mas de forma subordinada.

Então o consumo não está aqui exposto como causa da crise, mas como elemento para reativar os mecanismos da produção de valor. O início do *boom econômico* no pós-guerra foi marcado pelo implemento de várias medidas para construir um mercado consumidor forte, como aumento da renda (salários diretos e indiretos), sistemas de aposentadorias e pensões, subsídios ao desemprego,



Gráfico 4: Taxa de Lucro nas Economias Capitalistas Avançadas (Fonte: ROBERTS, Michael)

contratação coletiva, etc.

A massa salarial é um elemento importante para verificarmos o tamanho do mercado consumidor: a capacidade de as mercadorias produzidas serem consumidas e assim realizar a mais-valia extraída dos trabalhadores. Menor possibilidade de consumo equivale a menor produção de riqueza. Por isso que o aumento da produtividade precisa ser acompanhado pelo aumento da massa salarial, condição básica para fomentar um mercado consumidor que absorverá essa produção. Esse foi um elemento importante para os modelos estadunidense e europeu erguerem o Estado do bem-estar social.

Os dados dos principais organismos do capital mundial indicam o aumento da distância entre esses dois elementos: O último Relatório Global de Salários da OIT apontou um crescimento real da distância de 2,5% na desaceleração desde 2012. Em 2015 o crescimento da distância caiu para 1,7% e se desconsiderarmos a China vai para 0,9% no mesmo período.

Contra quem pode alegar esse crescimento, mesmo pequeno, como algo a favor do capital e inibidor de uma nova crise: basta lembrar da crise de 1929 nos Estados Unidos que aconteceu mesmo havendo crescimento da massa salarial de 600 milhões de dólares entre os anos 1923 e 1929. Ou seja, é preciso ver a relação como uma totalidade, quando há aumento da produtividade se requer aumentar a massa salarial. No exemplo acima, o crescimento significativo da massa salarial não acompanhou a proporção da produção de mercadorias que era de 10 bilhões no mesmo período.

C) A ALTA TAXA DE ENDIVIDAMENTO PÚBLICO E PRIVADO

Aqui também é importante repetir que o crédito não é a causa, mas uma das manifestações da crise que tem sua origem nos problemas de rentabilidade do capital na produção



de valores.

Não é possível compreender a crise e os obstáculos para a sua superação sem entender o papel do crédito na economia capitalista, que funciona como um instrumento poderoso para enfrentar esses obstáculos. Garante o financiamento da expansão do processo produtivo e também do consumo.

Os governos têm tentado incentivar o consumo com o aumento do crédito, ou seja, com empréstimos para países, empresas, trabalhadores, etc. como se esse fosse o problema da crise. No entanto, seus resultados são para um curto prazo, pois, logo se torna abundante (acima da capacidade real) dada a quantidade de capital fictício procurando se valorizar. Isso faz surgir uma contradição e retorna ao problema inicial da capacidade de consumo se tornar menor em relação ao endividamento.

Só para termos um exemplo, as altas taxas de endividamento das famílias em países como Estados Unidos alcançam mais de 90% do PIB (<http://www.scielo.br/pdf/rec/v15n2/05.pdf>).

E quando pensamos em termos mundiais, segundo McKinsey (uma consultoria de negócios), o endividamento mundial está em torno de US\$ 199 trilhões para uma economia de cerca de US\$ 80 trilhões.

O sistema da dívida, como parte da ascensão do setor financeiro na economia mundial, passou a ser um suporte para os governos financiarem os déficits fiscais e as políticas de ampliação de crédito, visando ampliar os mercados internos (como

medidas para enfrentar as crises anteriores).

Ocorre que, com essa lógica de funcionamento, os Estados e os governos endividados e dependentes se tornaram reféns dos bancos e agiotas, tendo que se submeter à imposição de políticas de ajustes fiscais e econômicos (impostos por organismos internacionais também controlados por agentes financeiros travestidos de servidores públicos). É isso que permite a retirada dos serviços públicos básicos para a população e até inviabiliza ações do Estado para incentivo econômico.

A Grécia é o melhor exemplo de como o domínio exercido pelos banqueiros e pelo sistema da dívida paralisa e submete o país aos ditames dos organismos financeiros. Mas a Grécia não é exceção. A maioria dos países tem parte importante de seus orçamentos comprometidos com o sistema da dívida.

Na China, por exemplo, o financiamento da transição de uma economia exportadora para reforçar o mercado interno, a expansão militar, as grandes obras (como a nova rota da seda) financiadas pelo Estado chinês, dentre outras, fizeram a dívida chinesa saltar para algo próximo de 170 trilhões de dólares ou 250% do seu PIB. Uma derrapada na economia chinesa pode fazer a economia mundial viver um terremoto.

Outro país com a dívida fora de controle é o Japão. O seu endividamento já supera 230% do PIB. O acúmulo foi para enfrentar os períodos de estagnação e recessão dos anos 1980/1990. Foi agravado pela tentativa do governo liberal de retomar o crescimento a partir de gastos do Estado. Além de a economia não passar de 1% em 2016 ainda viu a dívida alcançar níveis estratosféricos.

Na lista de países que superaram os 100% do PIB ainda temos Estados Unidos e Itália.

E não é só o setor público que carrega o endividamento. O setor privado para enfrentar a crise de

2007 e financiar seus investimentos na produção (e produtividade) também se endividou e, em muitos casos, ficou impossibilitado de fazer novos investimentos.

D) AS FINANÇAS (QUASE) SEM CONTROLE

A burguesia financeira e rentista (e seus propagandistas) apresenta as aplicações, títulos da dívida, investimentos em fundos de pensão, dentre outros mecanismos, como sinais de pujança da economia mundial, mas, na prática são pontos frágeis da economia capitalista mundial. O peso e a dominância do capital fictício sobre as demais frações do capital colocam contradições no processo de acumulação. Hoje, como no período pré-crise de 2008, esse domínio continua nas alturas e sem controle (impossível de ser submetidos a qualquer tipo de controle).

É assim porque quanto maior for a parte especulativa do capital maior deve ser a produção de riqueza material (e quantidade de mais valia) para remunerar essa parte do capital fictício incapaz de produzir valor novo. Quanto maior a distância entre um e outro, maiores são os riscos para uma queda na taxa de lucro que nem a intervenção do Estado poderá reverter. Vejamos a seguinte citação:

Para Marx, o capital fictício é a acumulação de títulos que são 'sombras de investimentos' já feitos, mas que, como títulos de bônus e ações, aparecem com o aspecto de capital a seus proprietários. Não são capital para o sistema como um todo, para o processo de acumulação, mas o são para seus proprietários e, em condições normais de expansão dos processos de valorização do capital, rendem a seus proprietários juros e dividendos. Seu caráter fictício se revela em situações de crise. Quando sobrevêm crises de superprodução, quebra de empresas, etc., se percebe que este capital não existia... Por isso também pode ler-se nos jornais que tal ou qual quantidade de capital 'desapareceu' em alguma oscilação da Bolsa: estas somas nunca haviam existido como capital propriamente dito, a despeito de que, para os proprietários destas

ações, representavam títulos que davam direito a dividendos, juros e lucros". CHESNAIS, F. et al. "Como la crisis de 29, o más... Um nuevo contexto mundial". In: Crack del Capitalismo Mundial. Condor Editores, 2008, p. 44. Citado por Rodrigo Dantas.

Para efeito de comparação de alguns dados atuais com aqueles disponibilizados pós-crise podemos citar Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani, quando mencionam as permutas/trocas (swaps) ou operações de menor risco (hedges) existentes no sistema financeiro:

No fim de 2006, de acordo com a Associação Internacional de Swaps e Derivativos, o valor de swaps de juros, swaps cambiais e opções de juros no mercado tinham atingido US\$ 286,0 trilhões, aproximadamente seis vezes o Produto Mundial Bruto (...), em comparação com meros US\$ 3,45 trilhões em 1990(...) essas operações com derivativos podem afetar gravemente as novas instituições que operam com esses hedges e derivativos, e que atuam ao mesmo tempo como gestores de carteira e como fundos privados de investimentos em participações, devido ao seu crescimento alucinante. "Estima-se que o número de fundos de hedge tenha crescido de apenas 610, em 1990, para 9.575 no primeiro trimestre de 2007, com um montante de aproximadamente US\$ 1,6 trilhão sob sua administração". (WOLF, 2007). Segundo o mesmo artigo de Wolf, o volume de negócios "explodiu", passou de 109% da produção mundial, em 1980, para 316%, em 2005. No mesmo ano, o estoque mundial de ativos financeiros atingiu US\$ 140 trilhões.

Essa é a situação atual, ou seja, as contradições são latentes e se levadas ao limite estoura como no início da crise de 2008.

Segundo François Molin (Banco Central Francês), os ativos dos bancos somam mais de 50 trilhões de dólares, quantia superior às dívidas públicas de todos os países que juntos somam um pouco mais de 49 trilhões de dólares. Sendo que 90% desse valor estão nas mãos de apenas 28 grandes bancos.

Outro indício do distanciamento

do setor financeiro e da produção de valor (somente através do capital produtivo) é o dado apontado pela consultoria McKinsey de que a dívida total mundial (dívida pública, privada e individual) está próxima dos US\$ 200 trilhões, um pouco mais de três vezes o PIB mundial.

Podemos ainda considerar o chamado crédito derivativo (contrato com pagamento futuro), produzido por metade desses maiores bancos, estimado em 719 trilhões de dólares. Uma reportagem da BBC, já citada por nós, dá o exemplo de uma vaca para entender o risco que esse tipo de crédito tem para a economia capitalista. Se antes se vendia a vaca, hoje se vende a expectativa de lucro que essa vaca vai dar: Seja com o leite que poderá produzir, seja com os bezerros que eventualmente vai gerar. Ou ainda, o que está sendo vendido é o leite produzido por esses possíveis bezerros. Pergunta a reportagem: e se essa vaca morrer?

No principal país imperialista, os principais bancos tiveram contratos de derivativos com o total de mais 247 trilhões de dólares em 2015. O dado mais relevante é o fato de esses contratos expostos a derivativos serem muito superiores ao ativo de cada um dos bancos. Como exemplo, o Citigroup tem ativo de 1,8 trilhão de dólares e mais de 53 trilhões de derivados. Ou ainda, o Morgan Stanley com ativo em torno de 834 bilhões de dólares e derivados em 31 trilhões de dólares. E a bolsa de Nova Iorque, especulativa por natureza, cresceu de 7000 pontos (2009) para mais de 18 mil em 2015.

É o Estado que vai pagar o preço dos bezerros e do leite futuro, garantidores do crédito. Foi isso na crise iniciada em 2008. Estima-se que a crise de 2007/2008 obrigou os governos a injetarem (doarem) mais de US\$ 10 trilhões em todo o mundo. Somas consideráveis que produziram o efeito de apenas jogar o problema para frente, uma vez que todo esse valor não era destinado ao aumento da produção de riqueza material, o que aumentou foi a dependência dos estados/governos em relação ao sistema financeiro devido aos empréstimos, venda de títulos

públicos, etc.

O aprofundamento da crise em curso terá efeitos muito mais devastadores sobre a economia mundial, principalmente por conta das dificuldades de os Estados adotarem medidas do tamanho necessário ao gigantesco endividamento, muito superior em função do socorro às empresas e bancos a partir de 2008.

Fica fácil assim entender o propósito dos ataques em andamento à classe trabalhadora em vários países e a entrega do patrimônio público. Busca-se assim um Estado mínimo para os pobres e trabalhadores e capaz de reduzir as consequências para os capitalistas.

E) O DESEMPREGO ESTRUTURAL

Sob a crise estrutural do capital o desemprego deu um salto de qualidade. Deixou de ser o chamado exército industrial de reserva (caracterizado pela necessidade de uma parcela da população ficar sem acesso ao trabalho como forma de pressionar para baixo o valor da força de trabalho) para se tornar desemprego crônico e permanente, uma “superpopulação relativa” (Marx) que não pode mais ser absorvida pelo sistema do capital.

Esse tipo de desemprego, como já dissemos acima, é ao mesmo tempo produto de um conjunto de inovações na produção com a substituição do trabalho humano por maquinário como também resultado das medidas de contratendências aplicadas pelo capital na busca pela redução de custos e manutenção dos lucros. Como se observa há uma contradição importante: precisa manter um mercado consumidor, mas demite para manter o lucro. A expressão utilizada por Mézáros “abrir um buraco para fechar outro” cabe muito bem nessa questão.

Do ponto de vista econômico isso significa bilhões de pessoas não produzindo sequer o necessário para a sua sobrevivência e, portanto, também sem condição de consumir.

Socialmente, o desemprego – especialmente esse último tipo – faz gerar problemas gravíssimos como o aumento da criminalidade e a

impossibilidade de acessar serviços públicos como Saúde e Educação, já parques e com os governos diminuindo ainda mais os orçamentos, inclusive, adotando a privatização. Cada vez mais esse contingente vai sendo submetido a condições de vida mais degradantes.

As atuais taxas de desemprego e a precarização do trabalho que ocorrem no mundo são impeditivos para o capital encontrar o caminho para um novo período de crescimento, mais uma contradição do capital. Os economistas burgueses e os governos mentem quando dizem que investimentos podem resolver, de acordo com o próprio funcionamento do capital, e que novos investimentos deverão procurar aumentar a produtividade com a substituição da força de trabalho humana por mecânica.

A OIT estima que existam 201 milhões de pessoas desempregadas. Para o ano de 2018 deve-se somar a esse contingente mais 3,7 milhões. Só na América Latina, 2017 deve fechar com mais de 26 milhões de desempregados.

Essas taxas de desemprego escondem também a ocupação e o emprego precarizado. A mesma OIT estima que 42% da força de trabalho, cerca de 1,4 bilhão de pessoas, estão em “formas vulneráveis” de trabalho (por conta própria, familiar não remunerado). Na América Latina são mais de 130 milhões de pessoas na informalidade e o crescimento de outros tipos de precarização como o trabalho por conta própria.

Essas condições servem ao lucro, mas também são um obstáculo à retomada de um mercado consumidor capaz de absorver aquilo que a indústria capitalista tem condições de produzir.

Assim, nos parece, que esse conjunto de elementos são indicações de queda da economia mundial e não de retomada lenta. E dessa vez as consequências sociais e econômicas para a classe trabalhadora e para os pobres tendem a ser muito mais severas, pois já partimos de uma situação de piora da crise de 2008 que se estende.

DESIGUALDADE: O CAPITALISMO É PARA POUCOS

A crise econômica tem um efeito devastador sobre a classe trabalhadora, especialmente os mais pobres. Não só relativamente a perda de direitos trabalhistas ou sociais, mas em todos os aspectos da vida como acesso aos serviços públicos, lazer, passeios e viagens (em várias partes do mundo, há milhões de pessoas confinadas nas periferias que sequer podem se deslocar para os centros das cidades).

Em relação a concentração de riqueza e desigualdade social os dados são alarmantes. Os que produzem a riqueza estão cada vez mais distantes dela. Além dos fatos acima mencionados, a concentração de capital (em forma de dinheiro) é um elemento de aumento da distância entre os que produzem a riqueza e os que se apropriam dela.

É um processo global, generalizado abarcando países centrais e da periferia. Cerca de 70% das pessoas do mundo vivem em um país que nos últimos 30 anos houve aumento da desigualdade social.

Dados de 2015, nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, que reúne 34 países) os 10% mais ricos concentram 50% da riqueza, enquanto os 40% mais pobres têm acesso apenas a 3% dela. Esses dados por si só já revelam o tamanho da desigualdade sob o capitalismo, pois os países que compõem a OCDE estão entre as principais economias do mundo.

Segundo a OXFAM (uma ONG britânica), em pesquisa realizada em fins de 2015, 1% da população tem o mesmo tamanho da riqueza dos outros 99% da população. E também nesse período a metade da riqueza do mundo estava nas mãos de apenas 62 pessoas. Em 2010 eram 388 pessoas.

Quando consideramos todos os países do mundo, por dados de janeiro de 2017, apenas 8 pessoas possuíam uma riqueza equivalente aos 3,6 bilhões de pessoas, a metade mais pobre que o capitalismo produziu em sua existência. Esse

é o topo da pirâmide. Descendo-a mais um pouco nos deparamos com outras evidências dessa desigualdade, segundo a revista Forbes, 1810 bilionários têm uma riqueza equivalente aos 70% mais pobres.

É um processo permanente e crescente ano após ano. Vejamos essa citação de Mészáros:

“De acordo com um relatório recente do Escritório de Orçamento do Congresso – e ninguém pode acusar esse escritório de “tendência esquerdista” – o 1 % mais rico da população ganha tanto quanto os cem milhões mais pobres (ou seja, quase 40%). E, significativamente, esse número assustador dobrou desde 1977, quando a renda do 1 % mais rico era equivalente a “somente” 49 milhões dos mais pobres, ou seja, menos de 20% da população”. (Século XXI socialismo ou barbárie, citando David Cay Johnston, “Gap Between Rich and Poor Found Substantially Wider”, *The New York Times*, 5 de setembro de 1999.)

O argumento, de conteúdo reacionário, sobre a força do capitalismo em propiciar condições de vida adequadas às pessoas não resiste nem quando verificamos a principal economia capitalista. Nos Estados Unidos, a riqueza dos 50% mais pobres ficou congelada nos últimos 30 anos, enquanto a dos 1% mais ricos cresceu 300%. Ou seja, com muita sorte, quem era pobre não ficou “mais pobre”.

Também conforme a OXFAM, em 2013, foram mais de 50 milhões de pessoas vivendo na Europa em condições de “grave privação material”, sem dinheiro também para aquecer suas casas ou lidar com despesas imprevistas. Em 2009 eram 7,5 milhões de pessoas. Outras 123 milhões de pessoas correm o risco de viver na pobreza (dados da Eurostat). A concentração de riqueza também é bem profunda, pois 1% dos ricos possuem o mesmo que 30% da população europeia e 40% dos mais pobres possuem juntos 1% da riqueza do continente.

A seguir esse curso em 2015

serão entre 15 a 25 milhões de pessoas em situação de pobreza, números expressivos para o continente que por décadas experimentou políticas econômicas amparadas no *Welfare State*.

Não vamos despejar mais um monte de dados, mas é importante ressaltar que na Europa os imigrantes, negros e mulheres ocupam com muito mais destaque os dados de pobreza e desigualdade.

O aumento das desigualdades na Europa é efeito direto dos sucessivos e diversos planos de austeridades que foram aplicados pela Troika como forma de o capital recuperar sua lucratividade após a crise de 2007/2008. Por esses planos anticrise o acesso aos serviços públicos sofreu reduções drásticas depois de décadas, funcionários públicos foram demitidos, outros tiveram seus salários congelados ou reduzidos, ocorreram reduções nas aposentadorias e prestações sociais, dentre outras medidas que atingem de forma mais direta os mais pobres. A pressão agora é para a privatização dos serviços públicos.

É verdade que esses dados se referem de forma mais intensa aos países como Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal, mas países “avançados” do continente seguem a mesma dinâmica: Na Alemanha a população em situação de pobreza saiu dos 12% em 2005 para 16% em 2013. Até mesmo o ministro do trabalho de Portugal reconhece a desigualdade como um fato crescente nas últimas décadas. Diz ele: “*dois terços dos países da OCDE testemunharam um aumento das desigualdades de rendimentos nesse período, afetando sobretudo as mulheres, os jovens, os trabalhadores pouco qualificados, os migrantes e os trabalhadores precários*”.

AS DISPUTAS INTERBURGUESAS E INTERIMPERIALISTAS TENDEM A AUMENTAR

A burguesia enquanto classe social é bastante coesa quando se trata de enfrentar a classe trabalhadora e de adotar medidas de reprodução de seu capital. Mas, como toda classe social, não é homogênea.

E se divide entre frações (comercial, industrial, rural, financeiro, etc.), por regiões de um país e mesmo entre países. E isso leva a disputas e competições entre as diversas frações para ver quem se apropria de maior quantidade de capital, também há competição interna entre os burgueses do ramo.

Em situações “normais” essas disputas são atenuadas pela imposição de um ramo do capital dominante (no início do século XX o industrial e depois - principalmente depois dos anos 70 - o financeiro) e também pela ação do Estado que coordena as ações econômicas. Mas mesmo com essas atenuações os conflitos entre as frações continuam a existir, se expressam na política interna e externa, sobre o que produzir, se para o mercado externo ou interno, etc. etc. Ou seja, sem abandonar a defesa dos interesses gerais de sua classe, pela própria lógica do capital, também defendem seus interesses particulares.

Por fim, mas não menos importante, a época que vivemos é a do imperialismo, sucintamente caracterizada pela concentração de produção (cartéis), monopólio dos grandes bancos (a preponderância das organizações rentistas), controle econômico do mercado mundial e a partilha territorial do mundo (colonialismo ou neocolonialismo) por um pequeno grupo de países. Esse fato não elimina a concorrência, pelo contrário, nas duas grandes guerras essa concorrência chegou à esfera militar. A partir do fim da II Guerra essa competição foi regulada principalmente pelos organismos internacionais como a ONU, FMI, Banco Mundial, dentre outros, sem, no entanto, conseguir eliminar a concorrência.

Mas não estamos em uma situação “normal” da reprodução do capital. Estamos diante da possibilidade do aprofundamento da crise da economia capitalista mundial e essa situação faz aumentar a disputa interburguesa em nível mundial pelo controle do mercado mundial. E essa concorrência “negociada” entre as grandes potências pode ruir, abrindo um período de disputas mais intensas

entre os países imperialistas e até mesmo outros países que não são imperialistas. Esses são elementos fundamentais a serem entendidos para se compreender o cenário econômico mundial como China e Rússia.

O NEOLIBERALISMO APRESENTA SEUS LIMITES PARA A LUCRATIVIDADE DO CAPITAL

A crise estrutural do capital, como dissemos, o obrigou os capitalistas a adotar formas para buscar a recuperação de sua taxa de lucro. A partir dos anos 80 o neoliberalismo e a mundialização do capital foram as principais armas utilizadas pelo imperialismo, tendo o “consenso de Washington” como base dos acordos políticos entre os diversos imperialismos.

Um dos aspectos do neoliberalismo é a abertura de fronteiras comerciais tarifárias, alfandegárias para a formação de blocos de livre comércio e desregulamentação (principalmente nos países periféricos) para permitir a livre circulação de capitais e mercadorias, mecanismos que garantiram a lucratividade do capital.

Mas, esse processo foi acumulando contradições. 1) A queda do investimento na produção tem produzido uma desigualdade na produtividade entre os países imperialistas que, por sua vez, reflete na competitividade no mercado mundial; 2) internamente levou algumas economias à desindustrialização como a cidade de Flint (que chegou a abrigar 80 mil operários da GM e hoje não chega a 5 mil) ou Detroit (cidade que chegou a pedir concordata). Isso também levou a mudança do padrão de empregos e salários nos Estados Unidos.

Sob o aspecto das lutas da classe trabalhadora o neoliberalismo significou profundos ataques aos direitos trabalhistas e sociais em várias partes do mundo. Era a condição para permitir a lucratividade do capital. Essas são as razões de já no início dos anos 2000 ter sido deslegitimado pelos povos dos países

onde foi implementado, como na América Latina.

Do ponto de vista do capital aumentam os sinais de ruptura de um setor da burguesia mundial com esse padrão de acumulação. O primeiro sinal foi a votação popular pela ruptura do Reino Unido com o tratado da União Europeia e a partir de aí desobrigar os países do Reino Unido a manterem as relações econômicas estabelecidas no tratado.

Também permite uma nova política em relação ao fluxo de pessoas, especialmente em relação aos imigrantes. Essa campanha foi liderada por setores da direita e da extrema-direita (mas que também contou com o apoio de setores do Partido Trabalhista) e tinha como argumento que a saída da EU possibilitaria uma alternativa para a crise econômica, podendo aumentar a geração de empregos voltada para os nativos e também fortalecer o mercado interno e, também, a partir da saída do bloco, poderia ampliar seus negócios com outros países por fora do bloco.

Não se trata evidentemente de uma política consensual das burguesias inglesa e britânica, mas de um setor hoje majoritário. Mesmo existindo um longo caminho para a finalização, é certo que a burguesia inglesa já trabalha com um novo cenário.

O Brexit também serviu para demonstrar que as diferenças sobre qual caminho seguir não é exclusivo dos ingleses, mas de todo um setor da burguesia europeia. Depois da vitória do Brexit vários partidos e candidatos da direita europeia se manifestaram publicamente por essa alternativa. Estão nesse campo Mari Le Pen na França e Geert Wilders na Holanda, propostas com relativa força popular nesses países.

Diferenças políticas que podem aumentar a tensão entre a Inglaterra e França e Alemanha, principais países do bloco, dado que o processo de ruptura do acordo envolve várias questões de interesses das respectivas burguesias.

Outro questionamento ao neoliberalismo por setores da burguesia mundial foi quanto às

medidas de Trump rompendo com negociações para formalização de tratados como o TPP (negociado por Obama com vários países do Pacífico e em que o principal objetivo era fazer frente aos chineses) e a sinalização de renegociação do NAFTA, que garantia condições excelentes aos Estados Unidos para produzir e comercializar com México e Canadá.

Essas medidas são parte de um projeto maior defendido por Trump de reativar a economia estadunidense a partir do fortalecimento do mercado interno e com isso, com descrença de muitos políticos e intelectuais estadunidenses, retomar a criação de emprego e aumento dos salários.

São vários os obstáculos e dificuldades e até por isso a não consensualidade no interior da burguesia estadunidense. A Apple, por exemplo, que concentra sua produção na China com a Foxconn teria aumento significativo no custo de produção se transferisse a produção da China para os Estados Unidos. Outro dado: “cerca de 80% do comércio global (em termos de exportações brutas) estão ligados à produção internacional das redes de empresas transnacionais” (CI, p. 17), em grande parte estadunidenses. Outro dado que deve ser considerado é o fato de o neoliberalismo ainda ser favorável a rentabilidade de um amplo setor da burguesia mundial.

Mas, a principal questão que a burguesia imperialista enfrenta está entre adotar ou não medidas de caráter protecionista. Trump foi eleito prometendo medidas com esse caráter e até agora, efetivamente, nada avançou. Há ainda resistência dos setores que atuam no mercado mundial. Na Europa a derrota de candidatos da Direita, que defendem medidas protecionistas, enfraquece a tese, mas, é significativo o fato de terem conquistado muitos votos, exatamente por ser essa uma das teses.

A CRISE ECONÔMICA ELEVANDO AS TENSÕES ENTRE AS PRINCIPAIS ECONOMIAS

Uma das características da época imperialista é a impossibilidade de desenvolvimento de Estados

Nacionais desvinculados da ordem global. É uma totalidade contraditória pois, essa vinculação não elimina os conflitos, pelo contrário, aumenta, pois há uma intensa disputa entre os diversos países, cada um representando os capitais nacionais.

O capital em seu processo de reprodução e ampliação precisa também ampliar seus domínios econômicos e territoriais, tanto como espaço para obter matéria prima como para aumentar a extração de mais valia sobre o trabalhador. Como há uma “pluralidade de capitais” tentando se reproduzir (e em tempos de crise isso lhe é fundamental) as tensões se elevam até o momento em que a política já não é suficiente para resolver os conflitos.

OS CONFLITOS POLÍTICOS E MILITARES ENTRE SETORES DA BURGUESIA

Entretanto, nenhuma economia se sustenta unicamente com o mercado interno. É preciso um mercado mais amplo para a circulação das mercadorias produzidas. E é no mercado mundial onde a disputa ocorre, é o campo de batalha com outros países, representando os capitalistas de cada um deles.

Quando não chegam em acordos as disputas aparecem sob a forma política e também militar. E como tem prevalecido nesse momento a ausência de acordo no campo econômico, os Estados Unidos – em desvantagem em relação a Alemanha, por exemplo, que já realizou várias reformas na legislação trabalhista e tem empregos precarizados e com produtividade superior a estadunidense – colocam sua força militar em movimento. Primeiro, foi o bombardeio na Síria que, com a aproximação da vitória de Assad, fortalece a Rússia na região. Depois, é a movimentação militar na região da Coreia como forma de pressionar a China a frear suas ações expansionistas. Esses dois países mantêm uma relativa independência em relação aos países imperialistas. Inclusive no caso da Rússia, sob o governo de Putin, houve uma mudança qualitativa em relação à influência estadunidense

que retrocedeu bastante. Não se pode dizer que a relação dos Estados Unidos com esses países hoje seja de colonialismo ou neocolonialismo

Essas ações dos Estados Unidos são uma tentativa de se impor, por via da força, já que nesse momento histórico sua supremacia já não é absoluta como foi há algumas décadas. Politicamente governos nacionais subordinados aos Estados Unidos são sinônimos de impopularidade, dado o sentimento “anti-Estados Unidos” em várias partes do mundo. E economicamente, além do aumento da competição com países como Alemanha, a produção industrial no território é de aproximadamente 25%, metade em comparação com os 50% nos fins dos anos 40 (FMI).

As consequências do Brexit também têm se expressado nos atritos entre os governos inglês e os líderes da União Europeia, com esses últimos tentando impor condições inaceitáveis para os ingleses.

Outro conflito político que está bem associado à disputa comercial é o constante atrito entre os governos japonês e o chinês, inclusive com a retomada armamentista japonesa.

É importante destacar também os conflitos no Oriente Médio. Situação que envolve muitas complexidades como a questão religiosa, mas que não está dissociada da disputa comercial. Região produtora de energia cobiçada pelos imperialismos, mas que também possui, ainda que débil, uma burguesia árabe com interesses econômicos próprios sempre procurando obter algum tipo de vantagem diante da ação dos imperialismos que atuam na região. E Trump, se utilizando disso, retoma os bombardeios sobre Síria e Afeganistão com a desculpa de combater o Estado Islâmico.

Por fim, na América Latina também os conflitos políticos estão concentrados em torno do governo Maduro quando a maioria dos países organizados em torno da OEA e Mercosul trabalha abertamente por sua queda, com vários deles, inclusive, o Brasil, fazendo oposição aberta.

No campo militar há vários tensionamentos. Ainda que não tenham resultado em conflitos

militares diretos a tendência é continuarem e até mesmo se agravarem. Praticamente todos os países aumentaram o orçamento destinado aos gastos militares e alguns, como a China e Rússia, passam por reestruturação de suas Forças Armadas. Revertendo uma tendência de queda desde 2011, Trump aumentou o orçamento para os gastos militares para 650 bi de dólares. Os países que compõem a OTAN também seguem a direção de aumento dos gastos militares, com a orientação para que os países que a compõem destinem 2% do PIB para esses gastos. A razão principal é o aumento desses gastos no orçamento russo e a maior presença militar russa na região.

A disputa entre China e Japão pelo controle das ilhas Senkaku/Diayou é um ponto de tensão militar importante na Ásia. Localizadas no mar da China, o controle sobre essas ilhas representa um posicionamento militar importante na região, que a qualifica para poder enfrentar um conflito bélico. Agregase a isso a disputa pelas Spratly e Paracelso reclamadas por Filipinas e Vietnam. As movimentações da Marinha estadunidense na região, os testes atômicos da Coreia do Norte e os interesses chineses na região são mais alguns ingredientes dessa disputa. Por trás está o controle sobre a Coreia do Norte, um grande mercado a ser explorado.

Ucrânia é outro foco de conflito ainda não resolvido, com o agravante de estar na Europa, nele ter intervido os Estados Unidos e a OTAN e envolver diretamente interesses russos. Também é importante porque há forte presença de forças políticas fascistas a partir de Kiev, que conseguiram direcionar a mobilização popular para posições pró-Europa e OTAN. A retomada/anexação pelos russos da Criméia e a importância da posição geográfica da Ucrânia fazem com que a questão não seja estabilizada rapidamente nem militar e nem politicamente.

No Oriente Médio, a Líbia, Síria, Iraque, Afeganistão são outros sérios conflitos militares e agora com o agravante da presença da Rússia na Síria, fundamental

para o avanço das forças de Assad contra o Estado Islâmico e a oposição armada na guerra civil. Os bombardeios estadunidenses são uma demonstração das tensões entre os países que disputam os mesmos espaços econômicos.

Como já tratamos anteriormente, são conflitos locais e específicos, sem capacidade, ao menos por enquanto, de generalizarem-se e transformarem-se em uma guerra ampla.

UMA OFENSIVA GLOBAL SOBRE OS DIREITOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Diante da crise os capitalistas disparam várias medidas para fazer retomar as taxas de lucro. Redução de direitos trabalhistas e sociais, desmonte de políticas públicas, venda de ativos e empresas do Estado (privatização, concessão e outros mecanismos de transferência de bens estatais para a iniciativa privada, etc.).

O resultado é o empobrecimento da classe trabalhadora e da população em geral. Em vários países do mundo os governos e a patronal têm implementado essas medidas.

A aplicação da Reforma Trabalhista via decreto na França, os trabalhos parciais nos Estados Unidos, os “*minijobs*” na Alemanha (empregos sem direitos à aposentadoria, ao seguro desemprego e com jornada de tempo parcial), Terceirização, Reforma Trabalhista e a tentativa de aprovar a Previdenciária no Brasil, o aumento da idade mínima para aposentadoria em vários países. Isso demonstra se tratar de uma política global sobre os direitos sociais e trabalhistas.

Nessa ofensiva fica ainda evidente o papel a ser cumprido pelo Estado na crise: Mudanças de leis para retirar direitos, políticas econômicas voltadas aos interesses das burguesias, o fortalecimento da repressão para controlar ou reprimir as rebeliões populares, etc.

Outra questão é que essas medidas são exigidas pelos organismos internacionais - como o FMI, a Troika na Europa, Banco Mundial - como contrapartida a empréstimos e financiamento de projetos nesses países. Esses

organismos são controlados diretamente por pessoas ligadas ao sistema financeiro e bancário mundial, ou seja, quem manda são os maiores banqueiros do mundo.

Outras medidas importantes dizem respeito às formas de organização dos trabalhadores, atacando o direito à organização (principalmente por legislações restritivas), impedindo a sindicalização, cooptando as direções sindicais, enfim, várias medidas que resultaram no atrelamento dos principais sindicatos e centrais sindicais ao Estado e à gestão do capital.

CRECEM AS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA PELO MUNDO

As classes sociais buscam dar as suas respostas à crise econômica. E com a classe trabalhadora não é diferente. Diante do aumento da miséria, do desemprego, da precarização do trabalho e da retirada de direitos em nível mundial, a resistência aumenta.

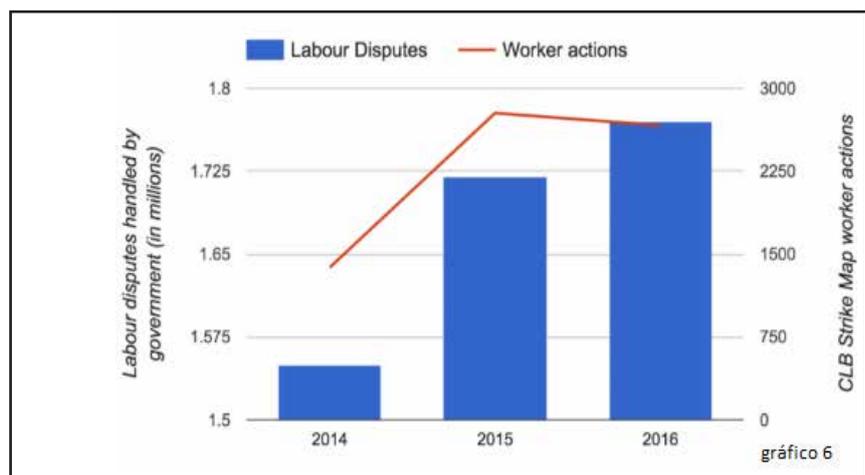
Os trabalhadores gregos com suas inúmeras greves gerais enfrentando os planos da Troika e Syriza, as gigantescas mobilizações na França contra a Reforma Trabalhista, a greve geral no Brasil e na Argentina, os milhões marchando no Chile em defesa do direito à aposentadoria apesar de não terem obtido vitórias, recolocaram em cena os vários setores da classe trabalhadora mundial.

Onde melhor se expressa a relação lutas/greves com a crise econômica é na China. A retração da economia chinesa levou a piora das condições de trabalho e de salários

dos trabalhadores. Dados oficiais (**gráfico 6** ao lado, divulgados pelo site China Labour Bulletin) dão conta que no ano de 2016 foram quase 3 mil conflitos trabalhistas envolvendo quase 1,8 milhão de trabalhadores. Já pelos dados do site entre 2015 e 2016 foram mais de 5000 conflitos. Esses dados são significativos pelo fato de o governo chinês exercer uma feroz repressão e controle sobre o movimento operário.

Um ascenso da classe operária chinesa poderia impor uma nova situação política mundial porque enfrentaria não só a burguesia e a burocracia chinesa, mas capitalistas de várias partes do mundo que exploram os trabalhadores chineses. Para servir de referência a greve geral na Índia em setembro de 2016 teve a participação de cerca de 180 milhões de trabalhadores, praticamente a população brasileira.

Nos Estados Unidos, em 2015, petroleiros realizaram a maior greve desde 1980 com reivindicações salariais, de medidas para evitar fadiga no trabalho e de benefícios para planos de saúde, paralisaram as principais refinarias do país. Também em 2015 trabalhadores de *fast-foods* realizaram manifestações em 500 cidades estadunidenses na luta pelo salário mínimo de 15 dólares. Trabalhadores da Verizon, em 2016, realizaram a maior greve desde 2011, com duração de 49 dias contra a precarização do trabalho (terceirização, contratação de não sindicalizados, menor salário, etc.). Em outra empresa de comunicação, a AT&T, os trabalhadores também tiveram que se mobilizar para garantir um acordo coletivo.



São várias greves que têm acontecido nos Estados Unidos, todas questionando ações de empresas que tentam diminuir salários ou retirar direitos como assistência e benefício de planos de saúde.

Essas greves nos Estados Unidos são significativas porque ocorrem no principal país capitalista, demonstrando que a situação econômica da classe trabalhadora tem piorado em todas as partes. E também porque obriga as direções pelegas dos sindicatos a se moverem. As entidades sindicais nesse país foram, depois da 2ª Guerra Mundial, totalmente desfiguradas e atreladas a gestão do capital.

Na Europa, os trabalhadores franceses são sem dúvida a vanguarda com lutas contra a Reforma Trabalhista, mas há mobilizações em outros países como, a de controladores de voos, na Alemanha e Itália que paralisaram parte do tráfego aéreo europeu com o cancelamento de voos.

A América latina também volta a ser palco de lutas da classe trabalhadora. No México após o fim dos subsídios para a gasolina, iniciou uma série de mobilizações de caminhoneiros e que se estendeu a vários setores de trabalhadores, motoristas, trabalhadores rurais, professores e estudantes. Antes o país já tinha passado por mobilizações gigantescas, exigindo a apuração do desaparecimento dos 43 estudantes de Ayotzinapa.

No Chile além das seguidas mobilizações do ativo movimento estudantil, as manifestações contra as Administradoras de Fundos de Pensão (parte do sistema previdenciário privatizado) têm reunido centenas de milhares de pessoas. A greve dos mineiros da região de Escondida chegou a balançar o mercado mundial de cobre.

No Peru trabalhadores do setor público realizaram uma importante greve geral. Nesse ano, mineiros do setor de cobre, de Southern, protagonizaram outra greve enfrentando a exploração de empresas estadunidenses às minas de cobre no país.

Argentina e Brasil são nesse

momento onde ocorrem as mobilizações mais importantes com seguidas greves e grandes manifestações, inclusive, com o a força dos poderosos proletariados brasileiro e argentino.

Também aconteceram greves de petroleiros em vários países pelo mundo: Gabão e Kazaquistão. Kuwait em 2016 teve uma greve de 3 dias, que fez a produção de petróleo do país cair pela metade. Neste ano, os petroleiros de Costa do Marfim (empresa estatal e outra canadense) também realizaram uma importante greve contra privilégios da direção (estatal) e contra as contratações precárias (da canadense).

São lutas pequenas de resistência aos planos de ajustes aplicados pelos diversos governos, mas são novidades, pois presenciamos muitos anos de ofensiva contra os direitos trabalhistas e sociais sem que houvessem lutas.

OS LIMITES DAS LUTAS ATUAIS

Sem retirar a importância dessas lutas é importante demarcar que possuem ainda um caráter defensivo, com o esforço em manter as conquistas obtidas há muito tempo e que agora o capital quer retirar. E, mesmo com esse caráter defensivo, se deparam com a dureza da burguesia e com a repressão do governo sendo que, na maioria dos casos até agora, a classe trabalhadora tem sido derrotada.

Essa caracterização nos ajuda a refletir sobre os desafios que as lutas se deparam na situação política tendo em conta a necessidade de se avançar para demandas anticapitalistas, únicas capazes de resolver a crise a partir das necessidades da classe trabalhadora.

A AUSÊNCIA DO PROLETARIADO COMO VANGUARDA DAS LUTAS

O maior desafio que as lutas da classe trabalhadora pelo mundo enfrenta é a ausência do proletariado industrial enquanto força política e atuante. Esse elemento não é secundário. O proletariado, sujeito social da transformação histórica, é o que pode fazer a balança pender para o nosso lado. Por ser o produtor da

riqueza material interfere diretamente no coração do capital. Daí o seu papel histórico.

Mas os primeiros ventos sopram a nosso favor. As recentes greves gerais na Argentina e no Brasil já tiveram a participação de um setor importante do proletariado. Na resistência francesa à Reforma Trabalhista as greves contaram com participação importante de petroleiros e outros setores da classe operária. Esses fatos, por exemplo, podem servir de exemplo para os demais operários do mundo. E se essa tendência se desenvolver, a luta de classes mundial dá um salto de qualidade.

A centralidade do proletariado é uma questão fundamental tanto para a definição da correlação de forças na atualidade quanto para a estratégia.

Outra questão importante que a ausência da classe operária tem revelado é o papel dos setores pauperizados, moradores das periferias do mundo, pobres e miseráveis. É preciso reafirmarmos a necessidade de ganhá-los para se juntarem às lutas contra o capital, sob direção da classe operária. Entretanto, é também nesses setores em que se busca recrutar para grupos fascistas e até mesmo para os órgãos de repressão do Estado. Nesse sentido, o debate de Trotsky sobre a Frente Única na Alemanha, para enfrentar o nazismo, é educativo, pois foi nesses setores em que as forças militarizadas nazistas recrutaram membros para atacar as organizações operárias e socialistas.

Esse é um tema a ser aprofundado no texto nacional, mas a atual situação do Rio de Janeiro onde o lumpesinato é base para organizações criminosas, é uma pequena mostra dessa problemática. Pelas características de organizações criminosas como VC e PCC, metodologicamente, podemos visualizar como muito próximas do fascismo. Haiti também é mais um exemplo.

AS LUTAS ATÉ ESSE MOMENTO TÊM CARÁTER POPULAR

Isso significa que as mobilizações envolvem vários “atores sociais” (classe média, juventude, pequena burguesia, setores que não

necessariamente se identificam como classe social) sem a presença do proletariado industrial (ou quando presente, de forma marginal) e, portanto, possuem várias demandas particulares e não, necessariamente, as bandeiras contra o capitalismo. Popular no sentido de não ter uma definição precisa de classe social. Trata-se também de um peso grande de setores de classe média e da pequena burguesia, setores muito suscetíveis às pressões da burguesia e, por sua relação com a produção material, incapazes historicamente de avançarem para uma consciência socialista. Buscam melhores condições materiais de vida e caso a burguesia acene com alguma migalha viram as costas ao proletariado.

Da ausência da classe operária deriva um problema crucial: **a ausência de projeto socialista na consciência** da classe trabalhadora. Sem a presença e direção da classe operária não é possível o movimento desenvolver uma consciência socialista de massas, pela razão de ser essa a classe a cumprir uma função social que as demais não podem cumprir, qual seja, a partir da relação com a natureza, produzir toda a riqueza material da sociedade. O enorme desenvolvimento da luta socialista na Europa, no início do século XX, só foi possível porque a classe operária constituía um movimento de massas muito ativo, liderando os demais setores.

AS DIREÇÕES SINDICAIS E POLÍTICAS DO MOVIMENTO ESTÃO, COM PEQUENAS E RARAS EXCEÇÕES, COMPROMETIDAS COM O PROJETO DA BURGUESIA

Uma ou outra cumprem um papel de “esquerda capitalista”, mas a maioria das organizações do movimento social estão sob controle de direções burguesas, pelegas e burocráticas.

Essas lutas não têm produzido organismos independentes da classe ou novas direções pela esquerda. O que se produziu (Syriza, por exemplo) logo mostrou os seus limites ao defender e até aplicar os planos de

ajustes do capital.

A direção da “Primavera Árabe” era formada pela burguesia árabe. Nos Estados Unidos, os sindicatos e as centrais sindicais estão sob domínio do Partido Democrata. Na França, a luta contra a Reforma Trabalhista só teve a participação das principais centrais quando o seu controle e influência estavam ameaçados. Na Inglaterra, o Partido Trabalhista ainda detém o controle dos maiores sindicatos. Na América Latina, há décadas as principais organizações dos movimentos são controladas, na Argentina, pelo Peronismo (em suas várias facetas); pela CUT no Brasil; por Morales e a burocracia da COB na Bolívia, dentre outros setores.

Importante também destacar, em termos históricos, que essa burocracia é uma continuidade – guardadas as devidas diferenciações – das velhas burocracias stalinistas, castristas, maoístas. Fato que desmonta a tese de que a Queda do Muro e das burocracias do Leste da Europa abriria o caminho para o fim dessas direções e o surgimento de uma nova direção revolucionária. Não foi isso que ocorreu, pelo contrário, a combinação do rebaixamento da consciência, da derrota dos principais movimentos dos trabalhadores e a ofensiva ideológica da burguesia consolidaram essas direções no poder das superestruturas. Constituem, ainda, um enorme obstáculo para o desenvolvimento ideológico das lutas em todo o mundo.

Esse controle sobre as organizações nacionais pelas burocracias é uma expressão de um poder enraizado também nas organizações de base dos movimentos. Em conjunto com a patronal é por aí que buscam controlar a classe, ameaçam ativistas e trabalhadores que se rebelam, enfim, é onde a luta é sabotada.

Essas direções são de fato um obstáculo importante a ser superado para a classe operária reassuma o papel de sujeito político e social.

De todo modo só o simples fato dessas lutas existirem, as possibilidades de construção de uma alternativa e de o movimento ir à esquerda já estão colocadas.

UM PERÍODO DE DISPUTAS IDEOLÓGICAS: A CRISE DE ALTERNATIVA E A DIREITA

Como caracterização geral, a situação política mundial é parte de um período de longo prazo aberto com a Queda do Muro de Berlim e dos Estados burocráticos do Leste. Por mais lutas e resistências que tenham ocorrido neste período não foram suficientes para reverter esse processo.

E esse período é marcado pela ofensiva do capital contra os trabalhadores: neoliberalismo, ampliação da mundialização do capital e com junto a desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas, invasões ao Iraque e outros países do Oriente Médio, a ofensiva de Israel contra os palestinos, dentre outros.

Mas, é preciso reconhecer e demarcar a existência de processos de lutas e resistências importantes. Como foi com a Primavera Árabe, nos últimos meses, temos presenciado inúmeras rebeliões de massas, com a greve geral retornando ao dicionário da classe trabalhadora mundial. Na França as massivas lutas contra a Reforma Trabalhista, as mais de 30 greves gerais na Grécia, a greve geral na Guiana Francesa, na Argentina, no Brasil e os milhões que marcharam no Chile pelo direito a aposentadoria são alguns exemplos desse processo (desenvolveremos melhor mais a frente).

Crises como as atuais abrem possibilidades objetivas de rebeliões com a classe trabalhadora indo para as ruas, desiludida com os vários modelos econômicos implementados e que só têm reservado desemprego, miséria e outros males sociais. A revolução, portanto, é uma necessidade objetiva. Milhões de trabalhadores estão perdendo seus empregos, tanto nos países centrais como nas periferias, confrontados com a iminência da miséria.

E toda rebelião potencializa rupturas revolucionárias de caráter anticapitalista. Há em curso uma experiência de massas, ainda que pela negativa, com as diversas direções burguesas, reformistas

e nacionalistas-burguesas que já demonstraram a suas incapacidades de serem alternativas para os trabalhadores. E esse processo abre espaço para a disputa pela consciência de classe e socialista da classe trabalhadora, a fim de ganhá-la para um projeto de ruptura com o capitalismo. No entanto, não somos só nós que fazemos essa disputa. A burguesia também se coloca em movimento para disputar essas mesmas consciências. Ou seja, está aberto um período de disputas entre a Direita e a Esquerda revolucionária sobre o caminho a seguir diante da crise.

A DIREITA CRESCE

Há um debate na Esquerda sobre a “onda conservadora”, a nosso modo de ver, com forma e conteúdo equivocados. Esse debate se limita a “sim ou não” quanto a existência da onda, não captando a totalidade do processo com as desigualdades ideológicas e políticas, por exemplo, entre Direita e fascismo; do termo utilizado muito na Europa, entre Direita e extrema-direita; de país para país; da resistência da classe trabalhadora, etc. O fato é não se pode negar o crescimento da Direita em todo o mundo.

Ao se apoiar no atraso da consciência (de classe) e na crise de alternativa socialista, a direita (e podemos aqui incluir a chamada de extrema-direita) tem se oferecido para as massas. Tanto na eleição de Trump, nos dois candidatos no segundo turno da eleição francesa e nos principais candidatos na eleição da Holanda houve força da extrema-direita e direita (a diferença entre esses setores não é ideológica, mas sobre qual política aplicar no momento: sair ou ficar na União Europeia; política em relação aos imigrantes, entre outros). Partidos de direita e conservadores também se fortaleceram na Suíça, na Hungria, na Áustria, Finlândia e Dinamarca. A Primavera Árabe ao não avançar para uma saída à esquerda resultou no fortalecimento de setores mais à direita e, no caso do Egito, até se converteu em uma ditadura.

Na América Latina a experiência

dos trabalhadores – com os governos nacionalistas burgueses, bolivariano na Venezuela, o petismo no Brasil e os Kircheners na Argentina – também serviu para fortalecer a direita ou mesmo eleger governos como Macri na Argentina de caráter conservador.

Essas mudanças na superestrutura são expressões do processo que ocorre na base da sociedade, com amplos setores da população se simpatizando com ideias de Direita e conservadoras.

Dessa forma, os partidos de Direita e conservadores fortalecidos passam a defender projetos nacionalistas, anti-imigratórios, de domínio racista e buscam jogar trabalhador contra trabalhador. Na Europa a ideia de a falta de emprego e piora das condições de vida é reforçada como culpa da imigração africana e árabe e passa a dominar entre um amplo setor de massas. Nos Estados Unidos, Trump usou esse mesmo discurso contra os latinos e, principalmente, os mexicanos para defender os “empregos dos americanos”. E o mais significativo é que ganham milhões de votos com essas propostas.

São muitos os exemplos em todo o mundo da força que a Direita tem ganhado eleitoralmente e socialmente, se aproximando de pessoas, inclusive, em bairros e cidades mais pobres de países da Europa e Estados Unidos.

Essa Direita tradicional, mesmo tendo muitas ideias parecidas com o fascismo, prioriza a luta nos espaços políticos e na legalidade burguesa, mantendo o funcionamento do parlamento, a legalidade das entidades sindicais e até os partidos de Esquerda gozam de relativa legalidade. Isso, claro, acompanhado de restrições democráticas importantes (perseguição e criminalização dos movimentos sociais, o endurecimento da legislação contra os trabalhadores, etc.) pela característica autoritária da democracia parlamentar burguesa atualmente. Temer, Aécio, Macri, Teresa, Hollande, Macron, dentre outros tantos, estão nesse campo. Ainda não se trata de projeto fascista, pelo menos nas atuais condições.

PORÉM, O FASCISMO TAMBÉM CRESCE

Para prevalecer um projeto fascista há algumas condições como a centralização do poder de Estado e seu controle pelas forças ligadas ao grande capital monopolista, a derrota do movimento operário, a posição das classes médias em favor desse movimento reacionário. O grande capital para financiar precisa contar com a maioria das classes médias e da pequena burguesia. Também precisa impor sobre o movimento operário uma derrota histórica, algo que não aconteceu até o momento mesmo porque as grandes batalhas entre a classe operária e a burguesia ainda não aconteceram.

Os governos sob domínio fascista são de caráter ultra contrarrevolucionário. No fascismo até mesmo os espaços da democracia parlamentar burguesa, quando não são fechados, são controlados diretamente pelo órgão ditatorial. As entidades sindicais e partidos de Esquerda (até mesmo a Esquerda parlamentar) são colocados na ilegalidade. Forma-se forças paramilitares como a juventude nazista que atuava livremente contra a juventude que se opõe ao nazismo e sob proteção das forças de repressão nazistas. Há uma centralização do poder em torno de uma figura bonapartista (Getúlio Vargas no Estado Novo ou Sissi atualmente no Egito, por exemplo) a qual se coloca acima das forças sociais em luta (mesmo as burguesas) se apoiando no aparato repressivo militar e com o apoio ideológico militante da pequena burguesia e das classes médias.

A diferenciação, então, entre fascismo e direita é importante, pois influi na avaliação da correlação de forças e mesmo na tática dos revolucionários.

Opinamos que uma saída de tipo fascista não é hoje a política dominante no interior da burguesia mundial. Apostam ainda na aplicação de medidas via legalidade, ainda que cada vez mais lancem mão de formas antidemocráticas. Mas, é inegável que exista enquanto movimento que se

traduz no aumento da popularidade eleitoral, no surgimento ainda que pequenos de grupos fascistas e na defesa por parte de setores da classe média de posicionamentos reacionários. Isso tudo coloca o fascismo como um movimento político e com relativo e localizado peso de massas hoje.

Não pode ser desconsiderado o respaldo de um setor de massas às ideias conservadoras e reacionárias em várias partes do mundo. Na América Latina, com o vazio deixado pelos governos petistas e kirchneristas os setores da direita tradicional assumiram o controle dos órgãos de Estado. No Brasil são inúmeros os casos, desde a minoritária defesa de intervenção militar, passando pela defesa de aumento das penas, pelos casos de violência machista e homofóbica, pela eleição de uma bancada reacionária nos parlamentos, etc. Nos Estados Unidos a eleição de Trump. Na Europa, como mostramos acima, o crescimento eleitoral das forças de Direita é bem significativo.

Não é, no entanto, um processo fechado. Há uma luta em curso e o ressurgimento de movimentos da classe trabalhadora serve como uma barreira para esse setor. Mas, como marxistas, devemos olhar esse processo a partir da correlação de forças na luta de classes. A luta de classes não é um processo estático, fechado. Muda-se constantemente.

Assim, como definição do momento político, opinamos que a opção da burguesia mundial e do imperialismo é pela luta política aberta, com mais repressão sobre o movimento e o conjunto da classe. A subida de partidos de tipo fascista ao poder é pouco provável que ocorra com o apoio do imperialismo de conjunto. Por isso são nos países periféricos da Europa onde há mais avanço institucional desses partidos. É ainda uma posição minoritária no interior do imperialismo e da burguesia mundial.

Mas, considerando a profundidade da crise e os limites do capital em resolvê-la, na atual conjuntura, não podemos descartar completamente que no interior do

imperialismo ocorra o deslocamento de um setor mais amplo em direção ao fascismo.

FALÊNCIA DOS PROJETOS REFORMISTAS (OU DITOS REFORMISTAS), NACIONALISTAS BURGUESES OU DE HUMANIZAÇÃO DO CAPITAL

A subida do Syriza ao poder na Grécia despertou ilusão em ativistas do mundo todo, de que Tsipras iria radicalizar e enfrentar a Troyka. Na Espanha, a partir do “Ocupa Madrid” o PODEMOS também despertou a atenção de milhares também pelo mundo. Ambos surgiram a partir do fracasso dos partidos socialistas e da explosão do modelo bipartidário com socialistas (oriundos da socialdemocracia) e conservadores se revezando no governo.

Tsipras aceitou a pressão e aplicou o plano de ajuste com demissões, redução de salários, precarização de serviços públicos, etc. a troca de aumento da miséria e desemprego. Pablo, líder do Podemos, hoje recusa a identidade de Esquerda e defende que as mudanças ocorram sim a partir das instituições.

Na América Latina, tivemos o fenômeno do nacionalismo burguês liderado por Chávez na Venezuela. E seguido por Morales na Bolívia e Correa no Equador. Com uma retórica de Esquerda e anti-imperialista na prática nunca enfrentaram a propriedade privada e, muito menos, o imperialismo mantendo, assim, todos os acordos de venda de petróleo e gás.

O petismo e o bolivarianismo (Chávez, Maduro, etc.), com algumas medidas de políticas públicas, durante a estadia no governo não tomaram medidas sequer contra os capitalistas. Com a crise e a escassez de recursos advindos da exportação de commodities os mesmos programas sociais foram extintos ou fragilizados.

Como são projetos dentro da lógica do capital a democracia parlamentar burguesa tem essas aberturas, que permitem, em breves períodos de crescimento da

economia, fazer pequenas concessões a partir de políticas públicas. Mas, diante dos primeiros sinais de crise esses governos aplicaram os programas de “austeridade” contra os trabalhadores. Esses processos reafirmam, mais uma vez, a impossibilidade de controlar o capital a partir de uma gestão eficiente do Estado. Está na essência do capital e do Estado dominar e explorar a força de trabalho. Ou se rompe com o capital e a propriedade privada ou se aplica a lógica do capital sobre os trabalhadores. Não há meio termo.

Em relação à possível enfrentamento de setores nacionalistas burgueses ao imperialismo também vemos como uma impossibilidade, dado o papel assumido pela burguesia latino-americana como associada (e dependente) do imperialismo, ou seja, não vão enfrentar o capital internacional para construir um projeto fora dessa atual divisão internacional do trabalho, em que os países periféricos e desenvolvidos ocupam um papel já definido com os primeiros fornecendo matéria prima e produtos primários sem valor agregado e, os desenvolvidos, ocupando o mercado mundial com os produtos industrializados.

A falência do reformismo, enquanto projeto, demonstra o quanto não é possível garantir a lucratividade do capital em alta e ao mesmo tempo realizar reformas sociais com algumas concessões econômicas e sociais para a classe trabalhadora. No entanto, essa falência não é o seu fim, pelo contrário, a presença de Lula na liderança de pesquisas eleitorais, a vitória do candidato Lenin no Equador e a resistência de Maduro frente aos ataques da oposição de Direita são demonstrações da força política desse setor, que ainda tem muito a oferecer aos capitalistas.

AS DIFICULDADES DA CONSTRUÇÃO DE UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA

O capitalismo pressupõe crise após crise. E a cada crise a classe trabalhadora sofre as consequências. Ousamos dizer que não há nenhuma possibilidade de solução dos

problemas que a humanidade enfrenta enquanto existir o capitalismo. Pelo contrário, o que prevalece são os elementos de barbárie: fome, criminalidade, destruição ambiental, guerras, doenças psíquicas e um longo etcetera.

No quadro de avanço das ideias conservadoras e propostas fascistas a necessidade de construção de uma alternativa da classe trabalhadora torna-se o principal desafio. Os projetos reformistas já se mostraram incapazes de fazer frente a esse processo. A democracia parlamentar é só uma tática da burguesia para dominar a classe trabalhadora. E quando deixa de ser eficiente é deixada de lado por diversos setores do capital que pulam para o barco da direita.

A LUTA CONTRA O CAPITALISMO: QUAL SOCIALISMO?

A única saída que pode apresentar uma alternativa para a humanidade é a revolução socialista mundial. É o poder para a classe trabalhadora, direcionando toda a força material acumulada às necessidades humanas e ao bem-estar social das pessoas.

O papel do stalinismo, as sucessivas traições de direções maoístas, castristas, dentre outras e o nada socialista “socialismo do século XXI” – que adotaram, inclusive, a repressão política e formas de exploração sobre o trabalho – permitiram aos ideólogos do capital fazerem uma intensa propaganda, associando-os ao marxismo e a revolução, contra o socialismo e o comunismo. Isso afastou das ideias revolucionárias amplos setores da classe trabalhadora mundial que acreditavam na ideia de que outra sociedade, que não a capitalista, era possível.

Uma tarefa importante na luta contra o capitalismo atualmente é a recuperação da ideia do que é o socialismo. Precisamos desmentir os ideólogos burgueses e essas direções burocráticas que deformam o conteúdo do socialismo e do marxismo. E diante de tantos erros, traições e equívocos é preciso reafirmar os princípios do socialismo. Alguns fundamentais:

▶▶O controle dos meios

de produção que não serão só estatizados, mas sim controlados socialmente pela classe através dos organismos de poder. É a socialização dos meios de produção;

▶▶É a democracia da maioria, de quem produzem a riqueza social. O poder vai ser exercido pelos produtores através de seus organismos de luta e organização. Isso significa também o controle sobre os representantes, com revogabilidade de mandatos, controle sobre suas atividades e nenhum privilégio em relação aos demais membros da sociedade;

▶▶Os cargos públicos não são utilizados para preservar o poder ou privilégios de um grupo ou casta, como ocorreu no processo de burocratização soviético;

▶▶Os planejamentos econômicos não serão verticalizados e decididos burocraticamente. A decisão é coletiva do que, como e para que produzir e distribuir as coisas, atendendo as necessidades da maioria, preservando a natureza e a relação harmoniosa entre humanos-natureza;

▶▶Ampla democracia com direito de existência de vários partidos operários e tendências de Esquerda, com seus espaços próprios de decisão sem que leve a sobreposição dos organismos do conjunto da classe trabalhadora;

▶▶As forças militares de defesa da revolução são formadas por trabalhadores e toda a sua oficialidade é eleita e controlada democraticamente pela base das forças militares e pelos organismos de poder da classe trabalhadora. Não é uma força para reprimir a classe trabalhadora, mas sim um organismo de autodefesa da classe contra os capitalistas;

▶▶A arte é livre e independente, sem controle por parte do Estado;

▶▶É permitido todas as formas de relacionamento interpessoal e orientação sexual, tendo como única exigência a consensualidade;

▶▶O internacionalismo é a principal forma de solidariedade entre os povos. O socialismo será mundial ou não será. As revoluções nacionais são só um passo em direção a revolução mundial. Todas

as forças estarão a serviço da revolução mundial no sentido de construir um mundo sem capitalismo e sem burguesia e que possa enfim caminhar para o fim do Estado e de outras formas de poder político.

A propaganda das ideias socialistas é fundamental para explicarmos pacientemente o socialismo e desfazermos as confusões e mentiras, para dizermos sobre sua necessidade e sobre a possibilidade de derrotarmos o capital e a burguesia. Em cada local de militância é importante construirmos atividades, cursos de formação, materiais escritos, dentre outras ações, sobre o socialismo e a revolução.

E nas lutas devemos nos apresentar como socialistas, como aqueles e aquelas que constroem as lutas imediatas, mas também apresentam uma perspectiva estratégica, de transformação da sociedade e de luta por uma sociedade socialista.

POR UMA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES

Como não se pode pensar o capitalismo nos limites do Estado Nacional também não se pode pensar a classe trabalhadora nos limites das fronteiras nacionais. Assim, como a burguesia tem interesses universais, a classe trabalhadora também tem. Isso quer dizer que um trabalhador francês, com suas particularidades, é também explorado como um angolano. Ambos produzem a riqueza que é apropriada pelos burgueses e esta condição os une, os torna membros de uma mesma classe social.

A mundialização do capital expandiu a presença de empresas transnacionais (bancos, automobilísticas, seguradoras, farmacêuticas, etc.), em várias partes do mundo, com uma forma de organização do trabalho que permite deslocar (contando com a ajuda das legislações) a produção ou os serviços para outras filiais, enfraquecendo uma luta em curso.

Mas, se a luta contra a GM, por

exemplo, ocorrer de forma unificada, a patronal não terá alternativa. Por isso que, se desde o surgimento do capitalismo o internacionalismo já era importante, atualmente isso é ainda mais importante.

Essa mesma necessidade também serve para as organizações políticas revolucionárias, pois a batalha ideológica e a luta anticapitalista são fundamentais e devem ocorrer de forma articulada.

Hoje existem infinitudes de “Internacionais”, a maioria de orientação trotskista (e de suas diversas tendências) e ainda em um processo de constantes rupturas e tentativas de reconstrução.

A maioria ainda se articula em torno de um “centralismo democrático” de conteúdo verticalista e com imposição de uma linha política elaborada a partir da direção internacional, desconsiderando muitas vezes as especificidades nacionais, causas de muitos dos rachas. Portanto, predomina assim uma dispersão generalizada. Outras agrupações são as conferências e encontros mundiais de partidos de origem e tradição stalinista, mas sem resultarem na constituição orgânica de internacionais. Até onde sabemos não há articulações internacionais fora desse âmbito.

Por um lado, há as dificuldades da realidade objetiva (lutas economicistas, perda de referenciais internacionalistas, etc.), por outro, as questões subjetivas como o não surgimento de uma vanguarda com força para impulsionar a construção de uma internacional socialista, organizada democraticamente (debates internos, sem imposição aos partidos nacionais, dentre outros) e capaz de contribuir para o fortalecimento da luta da classe trabalhadora internacional.

No entanto, essas dificuldades não excluem a necessidade urgente de “Formação de uma Organização Internacional dos Trabalhadores, estruturando-se a partir das lutas concretas do proletariado em cada país. Que essa Organização Internacional seja armada de um programa de ruptura do capitalismo e de construção da revolução socialista

mundial”. (Documento Conferência 2011) na luta por um poder socialista dos trabalhadores e por uma sociedade socialista internacional.

A QUESTÃO DA DEFESA DA INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

Um das questões importantes e fundamentais de ordem estratégica é a centralidade da classe operária no processo revolucionário. É a única classe que pode, objetivamente, ser a coveira da burguesia. É uma conclusão teórica com consequências metodológicas, pois serve para nos orientar em relação aos processos da luta de classes em cada país. Esse método nos leva a identificar o papel que as classes sociais cumprem.

Síria e Venezuela, por exemplo, vivem conflitos que têm provocado intensos debates na esquerda, alguns com posições semelhantes às da burguesia e até do imperialismo. Para nós, nenhum setor burguês pode representar os interesses da classe trabalhadora. A burguesia não cumpre mais nenhum papel progressista.

Aos defensores da unidade com a burguesia respondemos que a unidade do proletariado com setores da burguesia foi excepcional na história da luta de classes. Citamos dois: a resistência francesa à ocupação nazista na segunda guerra e a luta contra a ditadura no Brasil, na campanha das Diretas Já. No entanto, mantendo a independência política, sem se centralizar pela direção burguesa.

Justificaria também uma unidade quando houvesse uma resistência anti-imperialista, mas, nesse caso, com subordinação das burguesias e com dependência em relação aos países centrais, hoje não há mais o fenômeno de correntes nacionalistas burguesas em enfrentamento com o imperialismo. Unidade tática, no marco de uma diferenciação política permanente e com uma política para fazer avançar essas lutas para um caráter socialista.

Importante reafirmar que a política defendida pelos revolucionários não pode subordinar

os interesses da classe trabalhadora aos dos setores da burguesia em disputa. É uma questão de princípio revolucionário a defesa da independência de classe.

SÍRIA: NEM ASSAD E NEM OPOSIÇÃO BURGUESA!

A partir desse critério pensemos uma política sobre a Síria. Um intenso debate ocorreu na esquerda mundial. De um lado, setores, principalmente, trotskistas/morenistas sustentando se tratar de uma revolução, parte do processo revolucionário desencadeado pela Primavera Árabe. E de outro lado, a maioria de tradição stalinista e também outros setores, sustentando se tratar de uma invasão imperialista e, portanto, importante a defesa do governo de Bachar All Assad.

Assad, assim como seu pai, nunca teve um papel anti-imperialista na região, pelo contrário, serviu de base de apoio para as ações dos Estados Unidos e Israel, como na invasão ao Iraque. Os principais países defensores de Assad são Rússia e China, pois possuem interesses para equilibrar a correlação de forças entre os países e também para negociarem o petróleo produzido no território sírio.

Na oposição está o Exército Livre da Síria, que já foi a principal direção dos setores de oposição a All Assad e nunca teve uma perspectiva de esquerda. Formado por dissidentes do Exército sírio, mesmo sustentando posições laicas, tem um programa burguês. Foi financiado por setores do imperialismo europeu. Também tem os setores do islamismo fundamentalista, muitos que no decorrer do processo se juntaram ao Estado Islâmico. O financiamento da oposição é realizado pelas monarquias reacionárias como Qatar e Arábia Saudita. Mas, também os imperialismos estadunidense e europeu forneceram armas e assessorias militares para diversos grupos da oposição a Assad.

Assim entendemos que na Síria não está posta a formação de um Estado independente de governos externos ou que possa representar os interesses da classe trabalhadora

síria. São dois lados burgueses disputando quem vai explorar o povo sírio, inclusive alguns setores sunitas defendendo governos orientados pela sharia.

Uma saída contra ambos os setores da burguesia síria, contra a intervenção russa ou dos Estados Unidos só será possível se a classe trabalhadora síria se colocar de forma independente no processo. Caso contrário, as primeiras medidas serão de controlar a classe trabalhadora e continuar a exploração. Longe de ser uma posição neutra, é uma posição de classe, de defesa da independência dos interesses históricos da classe trabalhadora. Entre os que lutam, vença quem vencer.

Outro tema importante é a definição de se tratar de guerra civil ou revolução socialista. Nós do Espaço Socialista sempre sustentamos e é importante reafirmar de que se trata de uma guerra civil, inicialmente de setores militares e da burguesia contra Assad e depois com a incorporação de grupos islâmicos na oposição. Portanto, não é uma revolução liderada pela classe trabalhadora síria contra a burguesia.

Não se trata de uma revolução porque: 1) pela inexistência de uma classe operária (numérica e organizativamente) capaz de dirigir as demais classes; 2) por não haver uma consciência e um programa contra a burguesia de conjunto; 3) a classe trabalhadora não construiu organismos de poder e 4) pela inexistência de organizações revolucionárias, sendo que revolução socialista há de combinar as questões objetivas e as subjetivas como a questão do programa e da consciência da classe trabalhadora. E se não tem como objetivo a mudança do modo de produção não tem como tratá-la como socialista.

PELA RESISTÊNCIA DO POVO CURDO!

Por outro lado, na região norte do país, o povo curdo consolidou uma resistência própria e democrática contra as invasões dessa região. Esse povo é o maior sem um Estado próprio, são 40 milhões de pessoas espalhadas entre a Turquia, Síria, Irã e Iraque. Ao se depararem com a

instabilidade do governo de Bachar Al Assad, os curdos iniciaram uma organização armada para enfrentar a princípio o Estado Islâmico que vinha invadindo a região. E numa inédita resistência local, especialmente na batalha de Kobane, venceram e mantiveram o território.

Financiados pelo Partido dos Trabalhadores do Curdistão (na Turquia), o PKK, os curdos na Síria têm se organizado a partir de seu próprio partido, o PYD, que articula seus exércitos: YPG (masculino) e YPJ (feminino, uma novidade numa região predominantemente machista e sem abertura às demandas das mulheres).

Tem se mostrado, nesse último período, como importante e principal resistência às invasões na região, porém já encontra algumas contradições: suas principais lideranças já não defendem a independência curda, apostando na teoria do “Confederalismo democrático”, que mesmo tendo uma premissa de fortalecimento de base, não o faz para a autonomia política do povo curdo.

As consequências já se apresentam, pois em Rojava (região curda da Síria) tropas estadunidenses já entraram sem a necessária resistência. Ao não ver os países imperialistas como inimigos, tal qual o Estado Islâmico, o PYD, abre possibilidades de retomada capitalista da região.

Nem o recente plebiscito, realizado na região curda do Irã, aprovando a independência curda naquele país teve apoio do partido sírio, o que mostra cada vez mais que a luta e a resistência curda na Síria têm capitulado ao imperialismo, abafando a resistência do povo e sua autodeterminação.

VENEZUELA:

- CONTRA A OPOSIÇÃO BURGUESA VENEZUELANA!

- CONTRA QUALQUER

INTERVENÇÃO IMPERIALISTA!

- OPOSIÇÃO A MADURO!

Os acontecimentos na Venezuela terá influência nas próximas lutas, principalmente na América do Sul. Uma vitória da

oposição burguesa vai fortalecer a direita e os setores do imperialismo estadunidense defensores de uma política de intervenção em outros países. A vitória de Maduro fortalece os reformistas que veem no processo venezuelano um caminho para a construção de um “Estado social”, sem romper com o capitalismo. A terceira hipótese, a menos provável no momento, seria uma saída protagonizada pela classe operária e pelos pobres o que colocaria a luta socialista em novo patamar.

A oposição burguesa com base social na classe média é apoiada e financiada pelos setores da burguesia organizada na Fedecamaras (federação patronal) e pelo imperialismo estadunidense. Maduro tem apoio entre os militares e a chamada “boliburguesia”, setores burgueses que se beneficiam principalmente dos negócios com o Estado. Essa disputa é, portanto, entre duas frações burguesas que lutam entre si para ver quem vai ficar com a riqueza produzida pelos trabalhadores.

Isso tem fomentado intensos debates no campo da esquerda, com posições pró e contra Maduro. Para nós, o grande desafio na “situação política na Venezuela” é como ter uma política que preserve a independência da classe trabalhadora sem apoiar a Maduro e muito menos se aliar a oposição burguesa e ao imperialismo.

Aos revolucionários cabe ter uma política que não capitule a Maduro e ao mesmo tempo enfrente o imperialismo e a oposição de direita venezuelana. Outros que devem ser combatidos são os governos lacaios da região (argentino e brasileiro à frente) que se somaram a ofensiva para derrubar Maduro.

O CHAVISMO ENTRE O DISCURSO ANTI-IMPERIALISTA E A PRÁTICA

Com todas as suas contradições e limites o chavismo é produto das lutas contra o neoliberalismo ocorridas no fim dos anos 90 e início dos anos 2000. As rebeliões na Argentina, na Bolívia e Equador

levaram as massas de trabalhadores a romper com o neoliberalismo então dominante na região. Foi nesse processo que Chávez despontou como líder de massas e opositor da “velha oligarquia” na Venezuela.

Chávez, coronel do exército, era a principal liderança do Movimento Bolivariano Revolucionário surgido no interior das forças armadas venezuelanas de cunho nacionalista e defensor de um desenvolvimento nacional. Não tem e nunca teve qualquer viés socialista, de ruptura com o capitalismo. É a velha utopia de uma economia nacional independente capitalista em um mundo marcado pela mundialização do capital

É eleito Presidente em 1998, como decorrência da falência do “pacto de ponto fixo”, acordo firmado na década de 50 entre os dois principais partidos (Ação Democrática e o Copei), pelo qual se revezariam no poder. Essa falência foi resultado da crise econômica dos anos 80 que aumentou a pobreza, piorou as condições de vida da classe média e diminuiu a renda da burguesia.

Por isso a sua ascensão e eleição teve sua utilidade, pois conteve a rebelião social e conseguiu desviar as aspirações revolucionárias dos trabalhadores para dentro de um Estado que destina parte da renda para a proteção social.

Se apoiando na renda do petróleo (o preço chegou próximo aos 140 dólares no mercado mundial), construiu programas de proteção social, como o acordo com médicos cubanos e a ampliação da assistência a saúde nas favelas e bairros pobres, Programas de moradias populares, acesso à universidade da população pobre, etc. Medidas de políticas públicas fundamentais para ganhar apoio popular.

Ainda em relação às políticas públicas é importante destacar a retomada do controle administrativo da PDVSA (empresa estatal de petróleo) das mãos dos gerentes e administradores uma burocracia corrupta que ganhava muito dinheiro e diretamente ligados aos interesses de empresas petrolíferas estadunidenses. Isso foi decisivo para

aumentar seus recursos financeiros do Estado.

Um forte discurso contra o “império” contrasta com a manutenção dos acordos comerciais com os Estados Unidos, com o qual tem uma relação de dependência. Os negócios petrolíferos com os Estados Unidos envolvem mais de 740 mil barris diários (2016), sendo a Venezuela o terceiro maior exportador do mundo para as terras do Tio Sam. Ou seja, o discurso contra o “império” não corresponde aos fatos e torna-se um nacionalismo de palavras.

Não houve uma política de desenvolvimento de um polo industrial nacional que pudesse fazer frente às multinacionais, base fundamental de qualquer projeto nacionalista. As poucas nacionalizações ou foram por pressão dos trabalhadores, caso da siderúrgica SIDOR ou como a de cimentos nacionalizadas mediante acordo para aquisição acionária, passando a ser controlada pelo Estado. A classe trabalhadora agora passa a ser explorada...pelo Estado.

Portanto, essas são as razões de, desde o início do governo Chávez o caracterizamos como um projeto nacionalista burguês, pois manteve de pé todos os mecanismos que caracterizam a dependência econômica em relação ao imperialismo estadunidense. O governo Maduro é parte desse mesmo projeto.

Enfim, não se trata de um projeto socialista. O chavismo, no máximo, avançou no aprimoramento da democracia burguesa com a introdução de formas de participação popular no sistema político venezuelano, hoje já bem desarticulados e controlados pelo chavismo.

A CRISE, A QUEDA DE PREÇOS DO PETRÓLEO E O FIM DOS PROGRAMAS SOCIAIS

O petróleo é a base da economia venezuelana. Tem a maior reserva petrolífera do mundo e sua renda representa 40 % das receitas do governo, 96% das exportações e 11% do PIB do país (este último varia de

acordo com os preços no mercado mundial). Renda fundamental para o chavismo, assim como foi para os programas econômicos dos governos anteriores.

Em 2014, a combinação da crise econômica mundial com o aumento da exploração do xisto nos Estados Unidos e Canadá, houve a queda brusca nos preços do petróleo no mercado mundial. Entre 2008/2009 o preço do barril era próximo de US\$ 140, em junho de 2014 U\$ 115 o barril e em agosto de 2017 próximo de U\$ 50.

Isso foi fundamental para o comprometimento das finanças da PDVSA e do Estado. Assim, como qualquer governo burguês nos momentos de queda da taxa de lucro do capital, os programas sociais são os primeiros a sofrerem cortes. As medidas de Maduro na gestão da crise capitalista produziram os mesmos efeitos, como desemprego, vários problemas sociais, aumento da criminalidade, incapacidade de resolver os problemas de abastecimento até de produtos básicos. Tudo isso foi decisivo para corroer a base de sustentação política de Maduro, processo que já vinha mesmo quando ainda era Chávez quem estava à frente do governo.

Com a morte de Chávez em 2013 e mesmo com esse desgaste, o chavismo ainda manteve prestígio para garantir a eleição de Maduro, ainda que com pequena diferença de votos. Mas, a crise econômica mundial continuou e os preços do petróleo se mantiveram baixos.

Com o aprofundamento da crise política e econômica, sem perspectivas das demandas sociais e econômicas serem atendidas, as mobilizações de rua, lideradas pela oposição burguesa, se ampliaram. A classe média, base social da oposição burguesa e agora com apoio de alguns setores mais pobres, vai radicalizando as suas ações e, inclusive, alguns passando a defender abertamente medidas de força para a tirada de Maduro do governo.

Também não pode deixar de ser mencionado as ações de sabotagem da oposição. Como a corrosão da base social do chavismo está

intimamente ligada aos problemas da economia, o setor da burguesia ligado a oposição de direita passou a realizar várias medidas de sabotagem para agravar ainda mais as condições de vida da população e ganhá-la para a oposição ao governo Maduro.

QUEM SUSTENTA MADURO?

O controle sobre o petróleo e a PDVSA garantem os recursos financeiros para Maduro distribuir de alguma forma partes da riqueza do petróleo. Com isso consegue articular o apoio de uma parte da população mais pobre, das *missiones* e principalmente das forças armadas.

É essa situação que garante a Maduro, mesmo com baixa popularidade e sucessivas ações da oposição burguesa ainda se manter no poder e ter algumas iniciativas políticas, como foi a convocação da Assembleia Nacional Constituinte (boicotada e com resultado questionado pela oposição). Com 8 milhões de votantes e alvo de muitos questionamentos pode ser considerada a última cartada de Maduro para manter o poder. Mas, sabe também que precisa reestabelecer o respaldo popular

Contra ele tem a baixa popularidade, o parlamento (dissolvido pela constituinte) controlado pela oposição burguesa e os empresários da Fedecamaras, golpistas de primeira hora.

O apoio das forças armadas é a explicação da continuidade de Maduro como presidente. E não é porque os militares tenham qualquer apreço pela democracia. É pela própria relação com os negócios. Sob o controle militar estão 11 ministérios, vários cargos em empresas estatais, a estação de televisão, vários bancos, empresa de petróleo, montadora de veículos, dentre outros negócios menores. Diosdado Cabello, militar e segundo na hierarquia chavista, por exemplo é acionista de bancos.

Um corpo armado e leal ao governo tem sido decisivo a Maduro. Não por acaso que a Assembleia Constituinte recém empossada recebeu o apoio do alto comando das forças armadas. Se fosse de fato uma Constituinte com

“poderes constitucionais” a relação seria o inverso. O objetivo final da constituinte é de fato garantir a permanência de Maduro e criar condições para a burocracia se manter no poder e garantir os privilégios nas mãos dos correligionários do PSUV e, claro, dos militares.

As chamadas “*Missiones*” também são órgãos de sustentação de Maduro. São grupos colaterais armados e também dirigidos e controlados pelo PSUV. Não têm a mesma força dos militares mas cumprem um papel importante, pois estão localizadas em vários bairros populares. O apoio das “*Missiones*” ao governo também se move pelas questões financeiras, já que a maioria delas é formada por membros profissionalizados, ou seja, no momento de desemprego alto ter uma renda é fundamental.

A outra forma de sustentação de Maduro é o sindicalismo controlado por seu partido, com uma burocracia que busca desmobilizar a classe trabalhadora, sobretudo os Petroleiros. Assim, os sindicatos e a “Central Bolivariana Socialista” (controlado pelo PSUV) impedem a mobilização operária organizada pelas reivindicações da classe, como o aumento do salário, o controle operário sobre as fábricas, etc. Com isso, também buscam impedir que a classe trabalhadora se coloque de forma independente na cena política ultrapassando os limites impostos pelas burocracias do Estado e dos sindicatos.

Portanto, com baixa popularidade, Maduro mantém como sustentação de seu governo as Forças Armadas, as “*Missiones*” e sindicatos controlados. Sabe que classe operária é a única que pode apresentar um projeto independente que atenda as necessidades da classe trabalhadora de conjunto e que não esteja atrelado nem aos interesses da burguesia, nem de Maduro e militares e muito menos da burocracia chavista.

AS MEDIDAS ANTIDEMOCRÁTICAS DE MADURO

Maduro tem respondido com forte repressão às manifestações convocadas e lideradas pela oposição burguesa, já com várias mortes. Uma

repressão dirigida diretamente pelas forças armadas. Cenas usadas pela mídia mundial. Com a burguesia tem sido “amável”, concentrando a pressão sobre as principais lideranças políticas da oposição.

Em outro momento tentou retomar as funções legislativas transferindo-a para o Judiciário, muito alinhado ao governo, mas foi obrigado a recuar. Depois convocou a Constituinte – com a certeza de garantir maioria chavista, e com critérios bem antidemocráticos, pensados para garantir essa maioria. Do total de 545 constituintes, 364 foram eleitos nos municípios e os demais 181 foram eleitos por setores (indígenas, estudantes, etc.). Cada município de até 100 mil habitantes elege apenas um constituinte e os acima dessa quantidade seriam 2 constituintes. Foram assim violados vários critérios democráticos como a proporcionalidade na representação, em que municípios maiores tiveram a mesma representação que os de população menor.

Não é uma constituinte a partir das lutas e da base do movimento. A sua convocação foi “de cima para baixo” e atendendo só os interesses de Maduro e de seus apoiadores.

Outras medidas antidemocráticas adotadas no último período está a decretação da ilegalidade de vários partidos de esquerda, inclusive, o Partido Comunista, um dos mais eufóricos apoiadores do chavismo, medida que também visa impedir a classe trabalhadora de se manifestar de forma independente.

Com a possibilidade de candidaturas individuais (com cerca de 5 mil candidatos em todo o país), o boicote da oposição burguesa e a ilegalidade de partidos da esquerda socialista, o “normal” é um partido estruturado e com recursos financeiros como o PSUV ganhar.

OPOSIÇÃO BURGUESA, NUNCA!

A oposição mais ativa contra Maduro é dirigida pelos setores da direita venezuelana, formada pelas camadas superiores de classe média e pela burguesia organizada na Fedecámaras (federação patronal).

Politicamente se organiza em torno da MUD (Mesa Unidade Democrática) e é liderada por Henrique Carilles, candidato derrotado por Maduro nas últimas eleições presidenciais.

Conta com o apoio aberto dos Estados Unidos (Câmara do comércio Estados Unidos-Venezuela, instalada na embaixada em Caracas funciona abertamente como centro de conspiração), da OEA (Organização dos Estados Americanos) e da maioria dos países do Mercosul que, liderado pelo governo brasileiro, tem se posicionado a favor das posições políticas da oposição. Primeiro, fez uma série de pressões e exigências ao governo de Maduro para revogar suas decisões e depois votou a suspensão da Venezuela do bloco, apresentando como fundamento o não funcionamento das instituições democráticas.

Os Estados Unidos falar de democracia parece piada. O país está por trás de praticamente todos os golpes no continente americano. O interesse estadunidense é mesmo o petróleo venezuelano, principalmente nesse momento em que os países da OPEP mantêm alta a produção de petróleo, jogando para baixo os preços e quase inviabilizando a produção de xisto nos Estados Unidos. Dessa forma, ter o controle sobre a produção do petróleo venezuelano é fundamental para interferir nas decisões da OPEP.

Embora caracterizemos as medidas de Maduro como antidemocráticas, entendemos que esses governos não têm legitimidade para impor qualquer sanção a Venezuela, ainda mais com esse argumento dado que há violações diárias às liberdades democráticas em todos esses países. Só a classe trabalhadora tem legitimidade para fazer esses questionamentos e ter uma política de defesa dos direitos democráticos.

Portanto, o discurso da oposição burguesa venezuelana está longe da sua prática. Nem a alta classe média mobilizada e nem a burguesia estão preocupadas com a fome, com a falta de alimentos, com os serviços públicos ou com as condições de vida da população e muito menos com a

democracia, pois historicamente a burguesia venezuelana é uma das mais repressivas. E suas lideranças historicamente estão ligadas a oligarquia que sempre se apropriou das riquezas do petróleo e explorou os venezuelanos.

O RISCO DO GOLPE EXISTE?

Vários setores trabalham abertamente pela deposição de Maduro via golpe. As ameaças do alto escalão de Washington, os apelos e pedidos para os militares derrubarem Maduro a ação coordenada de governos da América do Sul com sanções, declarações, ameaças, demonstram haver entre os opositores propostas golpistas. Mas, tem a contradição de os militares apoiarem Maduro e suas medidas, pois eles tem sido parte importante do projeto chavista de poder e há também, como dissemos acima, se beneficiam diretamente da riqueza do petróleo.

Essas ameaças golpistas e intervencionistas vem muito por conta de um possível esgotamento da forma de luta utilizada pela direita até o momento, principalmente porque até o momento não conseguiu incorporar nas mobilizações os setores mais pobres e a classe trabalhadora. Mesmo não apoiando Maduro a classe trabalhadora não se arrisca com esses velhos conhecidos.

Essa é a razão de o lockout (paralisação realizada por empresários) organizado pela Federação patronal (já tinha liderado a tentativa de golpe em 2002) de 27 de julho não ter tido o resultado esperado. A imprensa e direita chamaram de “paro nacional” para tentar relacionar o lockout a um movimento de trabalhadores. Não foi uma luta da classe trabalhadora e muito menos greve geral. Em vez de assembleias e piquetes de trabalhadores para construir a greve, as empresas e as lojas (principalmente dos bairros ricos) fecharam as portas, no site da Federação patronal havia chamada de “apoio à greve”.

A crítica e a oposição que fazemos a Maduro não nos leva a nos posicionar ao lado da direita e do imperialismo. Ainda que seja

pouco provável uma intervenção militar estadunidense caso ela ocorra a tarefa principal é a derrota do imperialismo, mas nem Maduro, nem os militares e muito menos o setor da burguesia que apoia Maduro vai enfrentar de maneira consequente o imperialismo, tarefa que caberá à classe trabalhadora.

Independente de sermos oposição a Maduro, defendemos ampla unidade contra qualquer tentativa de golpe e intervenção militar de qualquer país à Venezuela. A derrubada de Maduro deve ser a partir da ação da classe trabalhadora venezuelana, com suas formas de luta, impondo seu programa de expropriação da burguesia e controle operário sobre a PDVSA para destinar as riquezas provenientes do petróleo para as necessidades da população pobre e trabalhadora.

POR UMA SAÍDA INDEPENDENTE

Não há nenhuma relação entre lutar contra o imperialismo e a direita e defender Maduro. Apoiar Maduro é apoiar um projeto burguês que se baseia na exploração da classe trabalhadora venezuelana, se apropriando da riqueza do povo venezuelano em favor dos privilégios dos burocratas civis e militares. É legitimar a corrupção e o controle da “boliburguesia” e das forças armadas sobre os trabalhadores.

Como dissemos o chavismo não representa a classe trabalhadora e nem um projeto socialista. É uma burocracia ideologicamente ligada ao capitalismo, inclusive com apoio em alguns setores da burguesia venezuelana que obtém lucro com a gestão de Maduro. Há em curso uma disputa entre setores da burguesia e não nos posicionamos na defesa nem de um lado e nem de outro, pois isso significaria estar ao lado da classe inimiga e representaria uma traição de classe.

A luta contra o governo Maduro e contra suas medidas deve levar em conta as necessidades e interesses históricos da classe trabalhadora venezuelana e mesmo a do continente. É fundamental a denúncia e a crítica a partir de uma

perspectiva revolucionária, sem deixar espaço para a direita crescer.

Também não defendemos o “Fora Maduro” como defendem a burguesia e alguns setores de esquerda (LIT/PSTU no Brasil) ou apoio crítico a direita (CST no Brasil), pois nesse momento o conteúdo dessas bandeiras abre espaço para a oposição burguesa e os representantes diretos do imperialismo. A derrubada de Maduro pela direita ou pelo imperialismo não representa uma

vitória dos trabalhadores.

Portanto entendemos que somente a classe trabalhadora venezuelana, de forma independente, pode representar uma saída para a crise que deverá passar pela ruptura com a burguesia e pela construção de um poder operário-popular que enfrente burguesia e chavismo, na figura de Maduro.

▶▶Contra a oposição de direita na Venezuela! Contra qualquer tipo de intervenção estrangeira, seja dos

Estados Unidos, da OEA ou do Mercosul!

▶▶Nenhuma confiança no governo nacionalista-burguês de Maduro! Pela organização independente da classe trabalhadora!

▶▶Contra a Constituinte antidemocrática!

▶▶Pela legalização dos partidos de esquerda!



Greve trabalhadores e trabalhadoras na China